



# Teologia Brasileira

Nº 88 | 2021 ISSN 2238-0388

Um testemunho cristão contra o antisemitismo <i>Franklin Ferreira</i>	4
A progressividade revelacional como pressuposto para a interpretação do Antigo Testamento pelos escritores do Novo Testamento <i>Paulo Ulisses</i>	19
Abominação desoladora <i>Isaias Lobão</i>	40
Pentecostais reformados <i>John McAlister</i>	49
Lançamentos	58

# Teologia brasileira, uma produção de Edições Vida Nova

**A** Revista Teologia Brasileira tem o objetivo de proporcionar um espaço para discussão e produção de teologia que seja bíblica, confessional, relevante, sensível e aberta ao diálogo sobre temas que contemplam a realidade de nosso país. Para isso, contamos com o apoio de uma equipe que, em contato com pesquisadores, pastores, mestres e escritores, torna possível a veiculação de conteúdo que estimule a reflexão bíblica e teológica.

## Conselho editorial

Me. Franklin Ferreira e Dr. Jonas Madureira

Coordenador de produção:  
Sérgio Siqueira Moura

Revisão:  
Jonathan Silveira

Contato:  
[teogiabrasileira@vidanova.com.br](mailto:teologiabrasileira@vidanova.com.br)

## Editorial

Já está disponível mais uma edição da revista Teologia Brasileira! Nesta edição, apresentamos um texto de Franklin Ferreira sobre o antisemitismo e a igreja. Franklin nos mostra como a cristandade ao longo da história compreendeu a relação da igreja com Israel e nos alerta que, defender os judeus e a Israel é um chamado que deve ser obedecido pelos cristãos.

Tratando sobre a progressão da revelação de Deus nas Escrituras, Paulo Ulisses desenvolve alguns princípios hermenêuticos a fim de melhor compreendermos a relação entre Antigo e Novo Testamento.

Isaias Lobão, por sua vez, faz uma análise do sermão escatológico de Jesus no Monte das Oliveiras, apresentando possíveis interpretações para o termo “abominação desoladora”.

Por fim, John McAlister nos oferece uma reflexão sobre a possibilidade de união entre a teologia reformada e a teologia pentecostal explicando como ambas as tradições têm muito a contribuir para o Reino de Deus.

No vídeo desta edição, Davi Charles Gomes entrevista o matemático John Lennox sobre o livro “A ciência pode explicar tudo?” e falam sobre ciência, fé, apologética e evangelização.

Boa leitura!



Assista ao vídeo!

# UM TESTEMUNHO CRISTÃO CONTRA O ANTISEMITISMO

“Os dons e o chamado de Deus para Israel são irrevogáveis”<sup>1</sup>

*Franklin Ferreira*



Tristemente, em nosso tempo, o antisemitismo — muitas vezes disfarçado de antissionismo — ressurgiu na Europa e nos Estados Unidos, se espalhando inclusive por meio do terror e violência. O deputado francês Meyer Habib fez um discurso diante da Assembleia Nacional da França, em dezembro de 2019, destacando a extensão da ameaça antisemita e a íntima relação entre o ódio aos judeus e o ódio a Israel: “O antissionismo é a demonização obsessiva de Israel e um abuso da retórica antirracista e anticolonial que tem como objetivo privar os judeus de sua identidade”. Na atualidade, jornais europeus publicam artigos apoiando o boicote econômico e cultural contra Israel, e há uma crescente enxurrada de caricaturas antisemitas que agora acompanham artigos

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente no jornal Gazeta do Povo, em 17 de maio de 2021, em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/franklin-ferreira/um-testemunho-cristao-contra-o-antisemitismo/>. Reproduzido com autorização. Uma versão revisada, ampliada e documentada desse ensaio será publicada como livro em breve por Edições Vida Nova.

anti-israelenses na imprensa europeia. Muitas charges retratam os judeus como “parasitas”, exatamente como na imprensa alemã antes da Segunda Guerra Mundial e nos países muçulmanos na atualidade.

## A LONGA SOMBRA DO ANTISEMITISMO NA CRISTANDADE

Cedo na história da igreja surgiram duas acusações contra os judeus, feitas por cristãos. A acusação de deicídio atribuía aos judeus a culpa coletiva pela morte do Senhor Jesus, ainda que o Credo dos Apóstolos afirme que o Salvador “padeceu sob Pôncio Pilatos”. E como Bento XVI registra em sua obra *Jesus de Nazaré*, foram “a aristocracia do templo” em Jerusalém e as “massas”, isto é, “os partidários de Barrabás” — e não o povo judeu como um todo —, os responsáveis pela crucificação do Senhor Jesus. Da acusação de deicídio surgiu uma teoria de substituição que se tornou muito aceita: *a nova aliança firmada com a Igreja seria uma substituição da aliança mosaica firmada com Israel*. Assim, a Igreja seria o Novo Israel — mas, como escreve Gerald McDermott, “o Novo Testamento jamais chama a Igreja de novo Israel”. Vários Pais da Igreja afirmaram o deicídio e/ou a teoria da substituição com maior ou menor virulência: Inácio de Antioquia, Justino Mártir, Melitão de Sardes, Hipólito de Roma, Tertuliano de Cartago, Orígenes de Alexandria, João Crisóstomo, Agostinho de Hipona, Jerônimo de Estridão e Cirilo de Alexandria. O “ódio contra o povo judeu” continuou presente nos discursos de escritores medievais e reformadores, tais como Martinho Lutero.

A acusação de deicídio e a teoria da substituição são antisemitismo religioso, e causaram ao povo judeu segregação, confisco, exílio e assassinato: a chacina de 1066 em Granada, os massacres na Renânia que precederam a Primeira Cruzada de 1096, o Édito de Expulsão da Inglaterra em 1290, os massacres dos judeus espanhóis em 1391, a expulsão da Espanha em 1492, a expulsão de Portugal em 1497 e o massacre de Lisboa em 1506. Este precisa ser distinguido do antisemitismo étnico, que foi dominante nos séculos 19 e 20, na Rússia, onde ocorreram vários pogroms entre 1821 e 1906; na França, onde ocorreu de 1894 a 1906 o Caso Dreyfus; e na Alemanha, que concebeu o Holocausto (*Shoah*), que resultou em 6 milhões de judeus assassinados pela máquina de guerra nacional-socialista. Esta buscava a “solução final da questão judaica europeia”, para alcançar uma “nova ordenação da política racial da Europa”, “limpa de judeus”. Tratando os judeus como parasitas a serem exterminados, utilizaram um pesticida, Zyklon B, nas câmaras de gás dos

campos de extermínio de Auschwitz-Birkenau e Majdanek, na Polônia, entre 1941 e 1945. Nesses dois campos foram mortos cerca de 1,2 milhões de judeus.

## A fé reformada

Após a Reforma protestante do século 16, houve um reconhecimento da noção de que, de acordo com o testemunho das Escrituras Sagradas, o povo judeu e Israel são importantes no plano de Deus. Alguns esperavam que os judeus retornariam à terra somente após a segunda vinda de Jesus, quando Israel prosperaria sob o reinado do Messias e receberia lugar de honra entre as nações. Outros que os judeus retornariam à terra e teriam fé em Jesus como o Messias antes dele retornar em triunfo. E outros defenderam que os judeus não só retornariam à terra, mas teriam um estado nacional, Israel. E, como frisa McDermott, “nenhum deles era dispensacionalista [...], nenhum deles cria no arrebatamento [secreto da igreja antes da tribulação]”, inovações que só surgiram no século 19.

O *Diretório de Culto de Westminster*, de 1645, afirmou ao tratar “da oração pública antes do sermão”, que os clérigos deveriam “orar pela propagação do evangelho e reino de Cristo a todas as nações, pela conversão dos judeus, a plenitude dos gentios, a queda do Anticristo, e o apressar da segunda vinda de nosso Senhor”. O *Catecismo Maior de Westminster*, de 1674, ensina que “na segunda petição [do Pai Nosso], que é: ‘Venha o teu reino’ [...] pedimos que o domínio do mal seja destruído, o Evangelho seja propagado por todo o mundo, os judeus chamados, e a plenitude dos gentios seja consumada”. Esses documentos presbiterianos instruem a igreja a orar a Deus suplicando que os judeus se convertam em massa a Jesus como o Messias antes de seu retorno triunfal.

Wilhelmus à Brakel, ministro reformado em Roterdã, na Holanda, em sua obra *The Christian's Reasonable Service*, escreveu em 1700:

Mais uma pergunta a ser respondida: Será que a nação judaica será reunida novamente a partir de todas as regiões do mundo e de todas as nações da terra em que foi dispersa? Vão habitar em Canaã e todas as terras prometidas a Abraão, e Jerusalém será reconstruída? Acreditamos que esses eventos irão acontecer. Nós negamos, no entanto, que o templo será reconstruído, e que o modo anterior de adoração será observado, já que o que antes da vinda de Cristo era de natureza tipificadora será, então, de natureza reflexiva. [...] Eles serão uma república in-

dependente, governada por um governo muito sábio, bondoso e soberbo. Além disso, Canaã será extraordinariamente frutífera, os habitantes serão eminentemente piedosos e constituirão um segmento do estado glorioso da igreja durante os mil anos profetizados em Apocalipse 20.

Embora não esperasse um templo reconstruído, defendeu que como prenúncio da vinda do Salvador os cidadãos de Israel seriam levados a ter fé em Jesus como o Messias. E sua crença num futuro retorno à terra foi expressa quase 250 anos antes de ela se realizar.

Nos Estados Unidos, o pastor congregacional Jonathan Edwards acreditava que os judeus seriam restaurados à sua terra e receberiam Jesus como seu Messias, antes de seu retorno triunfante:

A infidelidade judaica será então derrubada. Por mais obstinados que tenham sido por mais de mil e setecentos anos em sua rejeição a Cristo, e os casos de conversão de qualquer um dessa nação terem sido tão raros desde a destruição de Jerusalém, e de, contra os claros ensinamentos de seus próprios profetas, continuarem a aprovar a crueldade de seus antepassados em crucificar [Cristo]; contudo, quando esse dia chegar, o espesso véu que cega seus olhos será removido (2Coríntios 3,16), e a graça divina derreterá e renovará seus duros corações: "E eles olharão para aquele a quem eles [traspassaram, e eles prantearão por ele, como quem pranteia pelo seu único filho, e lamentarão amargamente por ele, como alguém que lamenta pelo seu primogênito]" (Zacarias 12,10, etc.). E então todo o Israel será salvo (Romanos 11,26). Os judeus, em todas as suas dispersões, abandonarão sua antiga infidelidade e, maravilhosamente, terão seus corações transformados, e se aborrecerão por sua incredulidade e obstinação passadas; e fluirão juntos para o abençoado Jesus, penitente, humilde e alegremente, tendo-o como seu glorioso rei e único salvador, e com todo o seu coração, como um só coração e uma só voz, irão proclamar seus louvores a Cristo em outras nações (Isaías 66,20; Jeremias 50,4). Nada é anunciado com mais certeza do que esta conversão nacional dos judeus, que está em Romanos 11. E há também muitas passagens do Antigo Testamento que não podem ser interpretadas em outro sentido, e que não posso mencionar agora.

Ele entendia que, embora não soubesse o momento preciso de quando essas coisas aconteceriam, as Escrituras ensinavam a futura restauração dos judeus

através da fé em Jesus, que resultaria em “vida dentre os mortos” entre as nações gentias da terra. Edwards escreveu estas palavras em 1739, em sua obra *A History of the Work of Redemption*, 209 anos antes de Israel ser reconhecido como nação.

McDermott também acrescenta que Edwards afirmou em seus *Apocalyptic Writings*, de 1723, “que as promessas feitas aos judeus na Bíblia não deviam ser espiritualizadas. Ele também previu o retorno futuro dos judeus à sua terra ancestral. [...] A Bíblia, disse ele, previa o retorno em massa dos judeus exilados na Diáspora (Dispersão), mas a maior parte dos judeus ainda vivia na Diáspora. Além disso, escreveu, a Bíblia diz que Deus faria deles ‘um monumento visível da sua graça’, e isso ainda não acontecera. A profecia bíblica era clara e dizia que [...] Israel seria uma nação separada [sem ‘as velhas paredes de separação’]”.

Na Inglaterra, na década de 1790, a Universidade de Cambridge patrocinou um concurso de ensaios sobre “os motivos contidos na Escritura para a expectativa de uma restauração futura dos judeus”. E, em 1839, a Assembleia Geral da Igreja da Escócia aprovou um “Ato sobre a Conversão dos Judeus”, e enviou quatro ministros presbiterianos, Andrew Bonar, Robert Murray M’Cheyne, Alexander Keith e Alexander Black para a Terra Santa, na época disputada por egípcios e otomanos. Em 1842, Bonar e M’Cheyne publicaram uma obra que se tornou bem popular no Reino Unido, *Narrative of a Visit to the Holy Land; And, Mission of Inquiry to the Jews*. Seu alvo era “promover a causa dos judeus entre nossos irmãos [presbiterianos]”, e inflamá-los com o interesse missionário pela Terra Santa.

O pregador batista inglês Charles Spurgeon foi conhecido como “o príncipe dos pregadores”. Comentando sobre os últimos capítulos da profecia de Ezequiel, em 1864, no sermão *The Restoration and Conversion of the Jews*, afirmou:

Israel está agora apagado do mapa das nações; seus filhos estão espalhados por toda parte; suas filhas choram ao lado de todos os rios da terra. Sua canção sagrada é silenciada; nenhum rei reina em Jerusalém; ela não traz governadores entre suas tribos. Mas ela deve ser restaurada; ela deve ser restaurada “como dos mortos”. Quando seus próprios filhos desistirem de toda a sua esperança, então é quando Deus irá aparecer para ela. Ela deve ser reorganizada; seus ossos espalhados devem ser reunidos. Haverá um governo nativo novamente; haverá novamente a formação de um corpo político; um Estado será incorporado e um rei reinará. Israel agora se tornou alienado de sua própria terra. Seus filhos, embora nunca possam esquecer o pó sagrado da Palestina, ainda assim morrem

a uma distância sem esperança de suas praias consagradas. Mas não será assim para sempre, porque os filhos dela novamente se regozijarão nela.

No sermão *The Church of Christ*, de 1855, ele exorta a todos os cristãos:

Acho que não atribuímos importância suficiente à restauração dos judeus. Nós não pensamos o suficiente sobre isso. Mas certamente, se há algo prometido na Bíblia, é isto. Eu imagino que você não pode ler a Bíblia sem ver claramente que deve haver uma restauração real dos Filhos de Israel [...]. Pois quando os judeus forem restaurados, a plenitude dos gentios será reunida; e assim que eles voltarem, então Jesus virá sobre o Monte Sião com seus anciões gloriosamente, e os dias pacíficos do milênio, então, amanhecerão; então conheceremos todo homem para ser irmão e amigo; Cristo governará com domínio universal.

E no sermão *The Leafless Tree*, de 1857, se “lermos as Escrituras corretamente”, então entenderemos completamente o fato de que “os judeus têm muito a ver com a história deste mundo. Eles serão reunidos; O Messias virá, o Messias que eles estão buscando — o mesmo Messias que veio uma vez virá novamente — virá como eles esperavam que ele viesse pela primeira vez. Eles então pensaram que ele viria como um príncipe para reinar sobre eles, e assim vai ser quando ele vier de novo. Ele virá para ser rei dos judeus e reinar sobre seu povo da maneira mais gloriosa; porque quando ele vier, os judeus e os gentios terão privilégios iguais, embora ainda deva haver alguma distinção concedida à família real de cujos lombos Jesus veio; porque ele se assentará no trono de seu pai Davi, e a ele serão reunidas todas as nações”. Spurgeon acreditava no retorno dos judeus à terra de Israel cerca de 90 anos antes de ter sido fundado o Estado de Israel.

J. C. Ryle, bispo anglicano da diocese de Liverpool, na Inglaterra, tratou de um futuro retorno do povo judeu para sua terra, em *Coming Events and Present Duties*: “Creio que os judeus serão finalmente reunidos novamente como uma nação separada, restaurados à sua própria terra e convertidos à fé de Cristo, depois de passarem por grande tribulação (Jeremias 30,10-11; 31,10; Romanos 11,25-26; Daniel 12,1; Zacarias 13,8-9)”. Ele também afirmou:

Mas o tempo me faltaria, se eu tentasse citar todas as passagens das Escrituras nas quais a futura história de Israel é revelada. Isaías, Jeremias, Ezequiel, Oseias,

Joel, Amós, Obadias, Miquéias, Sofonias, Zacarias, todos declararam a mesma coisa. Todos predizem, com mais ou menos particularidade, que no final desta dispensação os judeus devem ser restaurados à sua própria terra e ao favor de Deus. Eu não reivindico infalibilidade na interpretação das Escrituras neste assunto. Estou bem ciente de que muitos cristãos excelentes podem não ver o assunto como eu. Só posso dizer que, aos meus olhos, a futura salvação de Israel como um povo, seu retorno à Palestina e sua conversão nacional a Deus, aparecem claramente e nitidamente revelados, como qualquer profecia na Palavra de Deus.

Ryle escreveu sobre a volta dos judeus à terra em 1867, oitenta e um anos antes de Israel se tornar um Estado.

Na Inglaterra e Escócia, entre os séculos 17 e 19, tinham ideias semelhantes o congregacional John Owen, o batista John Gill, os presbiterianos Samuel Rutherford, Horatius e Andrew Bonar, e Robert Murray M'Chyene, além do anglicano Charles Simeon, que escreveu em 1820: “Os judeus em geral, e a maior parte dos cristãos também, acreditam que os dispersos de Israel um dia serão restaurados em sua própria terra”. Nos Estados Unidos, o presbiteriano Charles Hodge escreveu em 1864, em *Romanos*, que “seriam cumpridas aquelas profecias que falam da salvação de Israel [e esta posição...] tem sido aquela geralmente aceita em todas as outras eras da Igreja”.

O pregador congregacional galês D.M. Lloyd-Jones, na palestra *O plano de Deus para os judeus*, proferida na Capela de Westminster, em Londres, em 1955, declarou sua crença em uma conversão maciça dos judeus antes do final dos tempos:

Há alguns, e estou entre eles, que creem que Paulo ensina neste capítulo [de Romanos 11] que antes do fim haverá um grande número de conversões [ao Senhor Jesus] entre os judeus. Será estonteante e alegrará os corações dos crentes então vivos. Será como vida surgindo entre os mortos. Mas não estarão numa posição especial; a nação de Israel não será diferenciada dos gentios. Não, os judeus, ainda que creiam aos milhares, entrarão no reino pelo arrependimento e fé no Senhor Jesus Cristo. Terão de confiar no sangue de Cristo como [...] todos os outros cristãos têm confiado; não existe outra porta de entrada no reino. Ninguém jamais será capaz de guardar a lei. É pela fé em Cristo somente, e ele crucificado, que alguém pode ser salvo. Esse é o

evangelho eterno, e jamais haverá outro. Portanto, graças [...] a Deus que Seus propósitos são inabaláveis, e aquilo que Ele propôs certamente se cumprirá.

Para o reformado suíço Karl Barth, talvez o maior teólogo do século 20, de acordo com McDermott, “a criação do Estado de Israel, em 1948, era uma ‘parábola secular’, um símbolo da ressurreição e do reino de Deus. De acordo com Barth, o retorno dos judeus em grandes contingentes para a terra deles [..., no século 20], foi cumprimento de profecias bíblicas. Os profetas hebreus, disse ele, previram uma história de Deus com o povo judeu que chega até nossos dias. E ele concordava com aqueles para quem os ossos secos em Ezequiel que tornavam à vida (Ez 37) eram uma profecia da restauração de Israel a sua terra. Barth [também] advertiu para o fato de que toda nação que se opusesse a Israel não prosperaria a longo prazo”.

## O testemunho luterano

Dietrich Bonhoeffer foi um pastor, teólogo e resistente contra o nacional-socialismo. Em 1933 ele ajudou a redigir a *Confissão de Betel*, que se opunha ao movimento Cristão Alemão e afirmava o chamado e a eleição do povo judeu:

Rejeitamos a falsa doutrina que tornaria a crucificação de Cristo culpa apenas do povo judeu, como se outros povos e raças não o tivessem crucificado. Todas as raças e povos [...] compartilham a culpa por sua morte e tornam-se culpados a cada dia novamente, quando cometem ultraje contra o Espírito da graça. [...] Deus deu provas de fidelidade transbordante ao permanecer fiel a Israel de acordo com a carne, da qual Cristo nasceu na carne [...], apesar de toda a infidelidade de Israel e mesmo após a crucificação. Deus ainda quer completar com os judeus o plano de redenção do mundo que começou com o chamado de Israel (Romanos 9-11). É por isso que Deus preservou, de acordo com a carne, um remanescente sagrado de Israel, que não foi absorvido por qualquer outra nação [...], nem se torna uma nação entre outras [...], nem pode ser aniquilada por medidas como as do Faraó. Este remanescente sagrado tem o caráter *indelebilis* do povo escolhido.

Em abril de 1943, após dez anos de resistência ao nacional-socialismo, Bonhoeffer foi preso por causa de sua participação na Operação 7 — a bem-sucedida ação de evadir quatorze judeus da Alemanha para a Suíça em setembro de 1942 — e foi martirizado no campo de concentração de Flossenbürg, em 8 de abril de 1945.

## Um caminho para o diálogo judeu-cristão

Diante do holocausto de mais de 6 milhões de judeus na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial, ocorreu entre 30 de julho e 5 de agosto de 1947 a Conferência Internacional sobre a Emergência do Antissemitismo, em Seelisberg, na Suíça. Sob a influência de Jules Isaac, historiador francês de ascendência judaica, e autor da obra *Jesus e Israel*, sessenta e cinco judeus, católicos e protestantes de vários países reuniram-se para formular os *Dez Pontos de Seelisberg*:

1. Deve ser relembrado que um só e mesmo Deus nos fala no Antigo e no Novo Testamento.
2. Não se pode esquecer que Jesus nasceu de mãe judia, pertencia à família de Davi e ao povo de Israel, e que seu amor eterno abrange o seu povo e o mundo inteiro.
3. Recorde-se ainda que os primeiros discípulos, os Apóstolos, e os primeiros mártires eram judeus.
4. Tenha-se presente que o principal mandamento do cristianismo, o amor de Deus e do próximo, anunciado no Antigo Testamento e confirmado por Jesus, obriga igualmente, cristãos e judeus, em todas as relações humanas.
5. Deve-se evitar diminuir o judaísmo bíblico e pós-bíblico para exaltar o cristianismo.
6. Não se deve empregar a palavra “judeu” para designar exclusivamente os inimigos de Jesus, e as palavras “inimigos de Jesus” para designar o povo judeu em seu conjunto.
7. Não se deve apresentar a Paixão de Jesus, como se todos os judeus, ou somente os judeus, tivessem incorrido na odiosidade da crucificação. Não foram todos os judeus que pediram a morte de Jesus, nem foram somente judeus que se responsabilizaram por ela. A Cruz, que salva a humanidade, revela que Cristo morreu pelos pecados de todos. Pais e mestres cristãos deveriam ser alertados a respeito de sua grande responsabilidade na maneira de narrar os sofrimentos de Jesus. Se o fazem de uma forma superficial, correm o risco de fomentar aversões no coração das crianças ou dos ouvintes. Numa mente simples, movida de um ardente amor compassivo pelo Salvador crucificado, o horror natural dos perseguidores de Jesus pode facilmente tornar-se, por motivos psicológicos, ódio indiscriminado pelo judeu de todos os tempos, inclusive nos nossos dias.

8. Não se devem evocar as condenações bíblicas e o grito da multidão enraivecida: ‘Que seu sangue caia sobre nós e sobre nossos filhos’ (Mt 27,25) sem relembrar que esse grito não anulou as palavras de nosso Senhor, de consequências incomparavelmente maiores: ‘Pai, perdoa-lhes; eles não sabem o que fazem’ (Lc 23,24).
9. É preciso evitar qualquer tentativa de mostrar os judeus como um povo reprovado, amaldiçoado e votado a um sofrimento perpétuo.
10. Deve ser mencionado que os primeiros membros da Igreja eram judeus.

Os *Dez Pontos* abriram caminho para o diálogo bíblico, histórico, teológico e prático entre cristãos e judeus, assim como para uma nova compreensão por parte dos cristãos a respeito do lugar do povo judeu e de Israel na história da redenção.

## A igreja católica

Em 1928, o Santo Ofício condenou pela primeira vez o ódio contra o povo judeu: “Por reprovar todos os ódios e animosidades entre os povos, a Sé Apostólica condena acima de tudo o ódio contra o povo judeu outrora escolhido por Deus, ódio que hoje se costuma comumente designar com o nome de antisemitismo”.

Em 1937 foi publicada a Carta Encíclica *Mit Brennender Sorge*, sobre “a situação da Igreja Católica no Reich Germânico”, confrontando o racismo nacional-socialista na Alemanha:

Quem com imprecisão panteística identifica Deus com o universo, materializando Deus no mundo e divinizando o mundo em Deus, não pertence aos verdadeiros fiéis. Nem é tal quem, de acordo com uma pretensa concepção pré-cristã do antigo germanismo, coloca em lugar do Deus pessoal o fado sinistro e impessoal, negando a sabedoria divina e sua providência, a qual [...] tudo dirige a um bom fim. Um tal homem não pode pretender ser enumerado entre os verdadeiros crentes. Se a raça e o povo, se o Estado e uma sua determinada forma, se os representantes do poder estatal ou outros elementos fundamentais da sociedade humana possuem, na ordem natural, um posto essencial e digno de respeito — quem, no entanto, os destaca desta escala de valores terrenos, elevando-os à suprema norma de tudo, também dos valores religiosos, e divinizando-os com culto idólatra, inverte e falsifica a ordem, criada e imposta por Deus, está longe da verdadeira fé em Deus e de uma concepção de vida conforme a

ela. [...] Somente espíritos superficiais podem cair no erro de falar de um Deus nacional, de uma religião nacional, e empreender a tola tentativa de captar nos limites de um só povo, na estreiteza de uma só raça, Deus, Criador do mundo, rei e legislador dos povos, diante de cuja grandeza as nações são pequenas como gotas de água que caem dum balde.

A Declaração Conciliar *Nostra Aetate*, de 1965, sublinha que no Antigo Testamento se encontra a revelação divina, as promessas, o desígnio salvífico, e esta é a herança comum entre cristãos e judeus. Assim, a igreja só pode se compreender a partir do Antigo Testamento, e não há para a fé cristã dois planos da salvação: "A Igreja acredita que Cristo, nossa paz, reconciliou pela cruz os judeus e os gentios, de ambos fazendo um só, em Si mesmo. [...] O dever da Igreja [...] é [...] anunciar a cruz de Cristo como sinal do amor universal de Deus e como fonte de toda a graça". Ademais, é refutada a teoria da substituição de Israel pela Igreja, ao recordar que "pertencem a Israel a adoção filial, a glória, a aliança, a legislação, o culto de Deus e as promessas, bem como os patriarcas (Rm 9,4-5)". Ainda que "os judeus, em grande número, não aceitaram o Evangelho", são perpetuamente "amados" por Deus, porque "Ele não se arrepende dos dons e da vocação" concedidos a Israel. Portanto, o povo de Israel preserva hoje seu lugar no plano de Deus e recebeu dons irrevogáveis. Também é refutada a acusação de deicídio feita aos judeus através dos séculos: "Se bem que os príncipes dos judeus e alguns de seus seguidores insistiram na morte de Cristo, aquilo que se perpetrou na Sua Paixão não pode [...] ser imputado a todos os judeus que então viviam, nem aos de hoje". E "os judeus [...] não devem ser apresentados como se fossem condenados por Deus, nem amaldiçoados, como se isso decorresse das Sagradas Escrituras". Assim, "a Igreja, [...] lembrada do comum patrimônio com os judeus, [...] impelida pelo santo amor evangélico, deplora os ódios, as perseguições, as manifestações antisemitas, em qualquer tempo e por qualquer pessoa, dirigidas contra os judeus".

*Nós recordamos: uma reflexão sobre a Shoah* foi publicada em 1998, admitindo a participação de católicos nas manifestações antijudaicas e demais "sofrimentos do povo judeu durante a Segunda Guerra Mundial". Afirma que a Igreja "encoraja seus filhos e filhas a purificarem seus corações mediante o arrependimento pelos erros e infidelidades do passado", mas também os convoca "a examinar-se sobre a responsabilidade que também têm pelos males do nosso tempo". Em seguida, diz que o Holocausto foi uma "tragédia que jamais poderá ser esquecida",

um “horrível genocídio”, um dos “principais dramas [...] deste século, um fato que ainda hoje nos diz respeito”, “a obra de um típico regime moderno neopagão [...] que] não hesitou em opor-se à Igreja perseguindo também os seus membros”. Portanto, “é justo que a Igreja assuma com maior consciência o peso do pecado de seus filhos, recordando todas as circunstâncias em que [...] eles se afastaram do espírito de Cristo e de seu Evangelho, oferecendo ao mundo, em vez do teste-munho de uma vida inspirada nos valores da fé, o espetáculo de modos de pensar e agir que eram verdadeiras formas de anti-testemunho e escândalo”. E, ao fim, “deplora todos os ódios, perseguições e manifestações de antisemitismo, seja qual for o tempo em que isso sucedeu e seja quem for a pessoa que promoveu isso contra os judeus”. Como Bento XVI anelou em 2010, “possam essas chagas [do antisemitismo e do antijudaísmo] sararem definitivamente!”

A exortação *Evangelii gaudium*, de 2013, faz afirmações pertinentes:

Um olhar muito especial é dirigido ao povo judeu cuja Aliança com Deus nunca foi revogada porque os "dons e o chamamento de Deus são irrevogáveis" (Rm 11,29). A Igreja, que partilha com o Judaísmo uma parte importante das Escrituras Sagradas, considera o povo da Aliança e a sua fé uma raiz sagrada da própria identidade cristã (cf. Rm 11,16-18). [...] Deus continua a operar no povo da Primeira Aliança e faz nascer tesouros de sabedoria que brotam do seu encontro com a Palavra divina. Por isso, a Igreja também se enriquece quando recolhe os valores do Judaísmo. [...] Embora algumas convicções cristãs sejam inaceitáveis para o Judaísmo e a Igreja não possa deixar de anunciar Jesus como Senhor e Messias, há uma rica complementaridade que nos permite ler juntos os textos da Bíblia hebraica e ajudar-nos mutuamente a desentranhar as riquezas da Palavra, bem como compartilhar muitas convicções éticas e a preocupação comum pela justiça e o desenvolvimento dos povos.

## O DEVER DA MEMÓRIA: SHOAH NUNCA MAIS!

Muitos cristãos ajudaram a salvar o maior número possível de judeus na Segunda Guerra Mundial. Por essa razão foram honrados pelo Estado de Israel, considerados “Justos entre as Nações”, no memorial Yad Vashem, em Jerusalém: a poliglota brasileira Aracy de Carvalho Guimarães Rosa, o cônsul português Aristides de Sousa Mendes, o industrial alemão Oskar Schindler, o jurista alemão Hans von

Dohnanyi, o padre polonês Maximilian Kolbe, o diplomata sueco Raoul Wallenberg, o diplomata japonês Chiune Sugihara, o arcebispo grego Damasceno de Atenas, o espião inglês Frank Foley e a escritora holandesa Corrie Ten Boom, entre tantos outros.

Portanto, é importante que cristãos e judeus prossigam na aproximação e no entendimento recíproco, para que se evitem preconceitos, sejam fraternos e avancem na contribuição única que têm oferecido ao mundo. E se opondo juntos a toda forma de racismo, ódio, antisemitismo e antissionismo. Ficar ao lado dos judeus e de Israel, o único país democrático em todo o Oriente Médio, não significa legitimar tudo o que o governo israelense faz. De acordo com McDermott:

Como qualquer outro país, o Estado de Israel não é perfeito. Ele tem seus problemas. Como é multirracial e multirreligioso, há conflitos entre raças e religiões. [...] Sabemos que ele está longe de ser perfeito. Contudo, é muito melhor do que qualquer outro Estado do Oriente Médio no tocante à concessão de liberdades e de direitos a judeus e [...] a não judeus. Ele merece e precisa de apoio somente por essa razão. [...] Ao mesmo tempo, ainda que o povo de Israel, o povo da aliança, e o Estado de Israel não sejam uma coisa só, eles se acham entrelaçados de um modo complexo. O Estado não pode existir sem seu povo, e o povo da aliança não pode sobreviver ou florescer sem o Estado. Ele protege as pessoas, e as pessoas — embora nem todos sejam judeus religiosos — sustentam o Estado. Um sem o outro é algo impensável e impossível.

Assim, defender os judeus e a Israel é, à luz da Escritura Sagrada e da tradição cristã, um chamado que deve ser obedecido pelos cristãos.

Os cristãos professam fé no Senhor Jesus como o Messias, o Filho de Deus e o único Salvador. Também devem reconhecer o amor inquebrantável e constante de Deus por seu povo escolhido, Israel. Como João Paulo II afirmou, em 2004, diante do Rabino-Chefe de Roma:

Nós saudamos-vos como nossos "irmãos prediletos" na fé de Abraão, nosso patriarca. [...] Paulo, escrevendo aos Romanos (cf. Rm 11,16-18), falava da raiz santa de Israel, sobre a qual os pagãos são inseridos em Cristo; "os dons e o chamamento de Deus são irrevogáveis" (Rm 11,29) e vós continuais a ser o povo primogénito da Aliança.

E resumiu Leslie Allen: “Visto que [...] Deus [é] imutável não toma de volta um presente nem cancela um chamado”. Assim, a esperança cristã é logo “chegue a plenitude dos gentios”, quando a raiz santa de Israel será visitada e concederá sua seiva, porque, como disse o Senhor Jesus, “a salvação vem dos judeus” (Jo 4,22).

Em nosso tempo o antisemitismo tem sido instilado por partidos de extrema-esquerda e grupos religiosos islamitas, aliciando até mesmo cristãos. Parece que, tragicamente, o ódio antijudaico e os preconceitos contra Israel aumentarão e continuarão se espalhando por todo o Ocidente e Oriente Médio. Mas a palavra da Escritura é que “os dons e o chamado de Deus [para Israel] são irrevogáveis” (Rm 11,29). Quando os cristãos desta geração estiverem, no Dia do Juízo, diante do maior judeu da história, o israelita perfeito, o único Messias, o Senhor Jesus, descendente de Davi e Filho de Deus com poder, que ressuscitou dos mortos (Rm 1,3-4), poderão dizer que ofereceram o seu melhor em prol “da raiz e da seiva da oliveira” (Rm 11,17), o povo de Israel?

Deus de Abraão, Isaac e Jacob,  
ouvi o clamor dos aflitos, dos amedrontados e dos desesperados;  
enviai a vossa paz sobre esta Terra Santa, sobre o Médio Oriente  
e sobre toda a família humana;  
estimulai os corações de todos aqueles que invocam o vosso nome,  
a percorrer humildemente o caminho da justiça e da compaixão.

"O Senhor é bom para aqueles que nele confiam,  
para a alma que O procura" (Lm 3, 25)!

(Oração de Bento XVI diante do Muro Ocidental de Jerusalém, 2009)



Franklin Ferreira

### Sobre o autor

Bacharel em Teologia pela Escola Superior de Teologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, pós-graduado em Bíblia e Teologia pela Universidade Luterana do Brasil e Mestre em Teologia pelo Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil. É diretor e professor de teologia sistemática e história da igreja no Seminário Martin Bucer, em São José dos Campos, São Paulo, secretário geral do Conselho Deliberativo do IBDR e consultor acadêmico de Edições Vida Nova. Autor de vários livros, entre eles *Teologia Sistemática* (este em coautoria com Alan Myatt), *A Igreja Cristã na História, Avivamento para a Igreja, Contra a Idolatria do Estado e Pilares da fé*, publicados por Edições Vida Nova, e *Servos de Deus e O Credo dos Apóstolos*, publicados pela Editora Fiel.

# A progressividade revelacional como pressuposto para a interpretação do Antigo Testamento pelos escritores do Novo Testamento

*Paulo Ulisses*



## INTRODUÇÃO

Alualmente o interesse pela teologia bíblica tem crescido, e de modo especial, as discussões sobre os usos do Antigo Testamento no Novo Testamento também têm ganhado cada vez mais destaque entre os teólogos bíblicos e exegetas, no intuito de expor que entender como esse uso é feito pode enriquecer profundamente a nossa compreensão do Texto Sagrado, tanto em termos do processo natural — AT > NT — quanto partindo do fluxo inverso, numa que toda a Escritura é a Palavra de Deus (2Tm 3.16-17).

Vários critérios têm sido elencados como sendo possíveis perspectivas através das quais os escritores do Novo Testamento observaram os escritos veterotestamentários<sup>1</sup>: solidariedade ou representação coletiva; Cristo como representante do

---

<sup>1</sup> BEALE, G. K. *Manual do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento: exegese e interpretação*. São Paulo: Vida Nova, 2013, p. 129-137.

verdadeiro Israel do Antigo Testamento e da Igreja no Novo Testamento; correspondência entre as partes mais antigas apontando para as mais recentes dentro do plano soberano de Deus; cumprimento escatológico em Cristo; centralidade teocêntrica e sua autoria tanto no Antigo Testamento quanto no Novo Testamento etc.

Nosso objetivo neste ensaio é expandir a compreensão da correspondência entre Antigo e Novo Testamento, propondo ainda outro pressuposto hermenêutico através do qual os escritores neotestamentários interpretaram o Antigo Testamento, qual seja: a progressão da revelação escriturística.

Apesar de a proposta deste artigo estar ligeiramente atrelada a alguns tópicos que inclusive discutem como a passagem histórica do plano redentivo é uma das bases sobre as quais os escritores do Novo Testamento leram e interpretaram o Antigo Testamento, nossa tese é mais específica no que tange a esta temática.

Diversos autores propõem temas<sup>2</sup> que podem englobar o cânon sob um único prisma teológico: promessa e cumprimento<sup>3</sup>, a aliança ou pactos<sup>4</sup>, dispensações<sup>5</sup> etc. Entretanto, todas essas propostas precisam lidar com um avanço — fracionado (como no caso do dispensacionalismo) ou não — não somente histórico, embora seja a causa eficiente desse avanço, mas fundamentalmente no tocante ao próprio teor da revelação.

Antes de adentrar o cerne da discussão sobre o uso do Antigo Testamento no Novo Testamento através de uma perspectiva progressiva, precisamos então entender como se dá a progressão revelacional das informações entregues por Deus ao seu povo, formando aos poucos o cânon que serve de guia para que este possa servir ao Senhor. Assim, traçaremos o conceito de progressão revelacional como um primeiro ponto de discussão, para que então estejamos prontos para ver seu uso pelos escritores neotestamentários. Concluindo nossa análise, exporemos algumas implicações dessa noção na interpretação teológica que pode expandir nossa compreensão do texto sagrado.

---

<sup>2</sup> Apesar de apresentar as sugestões e propostas temáticas de diversos teóricos como centro unificador do cânon, nossa perspectiva é a de que esse centro é o trato pactual de Deus com o seu povo, ou, o aliancismo.

<sup>3</sup> KAISER, Walter C., Jr. *O plano da promessa de Deus: teologia bíblica do Antigo e Novo Testamentos*. São Paulo: Vida Nova, 2001, p. 14.

<sup>4</sup> ROBERTSON, O. Palmer. *O Cristo dos pactos*. São Paulo: Cultura Cristã, 2011, p. 165.

<sup>5</sup> Ibid., p. 165.

## 1. PROGRESSÃO REVELACIONAL — CONCEITO

Naturalmente, a compreensão de que Deus se revelou ao homem é uma informação óbvia e basilar para a fé cristã. Não se questiona o dado de que, em algum momento, após a criação ser finalizada, o próprio Criador revelou-se ao homem, fazendo-se conhecido do mesmo. O ponto a ser discutido é a amplitude desta revelação.

Numa que consideramos a revelação bíblica como sendo coesa e suficiente para instrução de todo o povo de Deus, precisamos entender uma distinção que se faz necessária quanto a este tópico. Embora o SENHOR, ao ter criado o homem, tenha revelado seu ser, perfeições e intenções, essa revelação, embora tenha sido *completa*, não era *plena* num primeiro momento. No que tange a isso, há diversos termos já cunhados que tratam de perceber a revelação especial de Deus como sendo progressiva (cf. epigenética, germinal etc.). A tese é de que toda a revelação do Criador foi dada no princípio de maneira satisfatoriamente completa, isto é, aquela primeira revelação de Deus a Adão, registrada em Gênesis 1-3, que demarca o primeiro contato do Criador com o ser humano criado, é plenamente capaz de fornecer a este tudo o que precisa saber para relacionar-se com o SENHOR, sem que haja necessidade de qualquer tipo de adereço externo ou adição à mesma.

Entretanto, completude de teor não significa, nesse caso, alcance pleno ou totalidade. As informações repassadas para Adão foram propositalmente arranjadas de maneira que uma série de passos posteriores eram necessários até que se chegasse ao clímax da mesma revelação. Não se trata de adição de informações no sentido heterogêneo — algo diferente aconteceria ou deveria ser feito — e sim, de aprofundamento de detalhes. O “diamante revelacional” estava ali pronto, porém, em sua forma mais “bruta”, esperando que todo um processo progressivo de “lapidação” fosse iniciado para que então a majestade da revelação fosse exposta.

É salutar que também observemos que o modo através do qual Deus deu-se a conhecer ao homem foi adentrando a própria realidade na qual o ser humano existe, baixando à sua condição de criatura infinitamente inferior, como sugere a Confissão de Fé de Westminster:

Tão grande é a distância entre Deus e a criatura, que, embora as criaturas racionais lhe devam obediência como seu Criador, nunca poderiam fruir nada dele,

como bem-aventurança e recompensa, senão por alguma voluntária condescendência da parte de Deus, a qual foi ele servido significar por meio de um pacto.<sup>6</sup>

Neste caso, o pacto estabelecido por Deus com o homem foi o instrumento revelacional usado por ele para relacionar-se com seu povo. Através dessa ação, os veículos da revelação, inexoravelmente, serão o tempo e o espaço, ou, noutras palavras, a própria *história* é a ferramenta que engloba os atos reveladores do SENHOR de maneira orientada e com uma carga significativa tal que não é possível entender as fases progressivas da revelação de Deus sem que haja uma consideração adequada sobre como os próprios acontecimentos traçam o curso de ponto de partida e linha de chegada das ações revelacionais do Criador. Discutindo esse conceito, Ralph Smith questiona:

A revelação deve ser encontrada em eventos ou em palavras? Devemos permitir que a palavra e o evento interajam, não reduzir um ao outro. É necessário haver uma combinação entre o conceito teológico e o fato histórico. Fatos sem palavras (interpretação) são cegos; palavras sem fatos são vazias. [...] No Antigo Testamento, aquilo que move a história ocorre entre Deus e o seu povo.<sup>7</sup>

Assim, há uma conexão fundamental entre história e teologia na revelação de Deus ao seu povo que norteia todos os fatos narrados e princípios elaborados que, como resultado do processo de registro e interpretação destes por meio da inspiração, formam a Escritura Sagrada. Como conceitua Berkhof:

Deus corporificou sua revelação parcialmente<sup>8</sup> na forma de narrativas históricas. É extremamente importante termos em mente que os fatos históricos narrados na Bíblia também formam parte essencial da revelação divina e devem ser interpretados como tal.<sup>9</sup>

---

<sup>6</sup> Assembleia de Westminster, *Símbolos de fé: confissão de fé, catecismo maior e breve catecismo*, 2<sup>a</sup> edição, São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2014, p. 40.

<sup>7</sup> SMITH, Ralph L. *Teologia do Antigo Testamento: história, método e mensagem*. São Paulo: Vida Nova, 2001, p. 108.

<sup>8</sup> Aqui, Berkhof está enfatizando o gênero literário narrativo, aludindo que uma porção da Escritura é constituída por este gênero.

<sup>9</sup> BERKHOFF, Louis. *Princípios de interpretação bíblica*. São Paulo: Cultura Cristã, 2013, p. 44.

Seguindo essa fusão de horizontes entre os atos reveladores de Deus e o fluxo histórico no qual ocorrem, precisamos então partir do princípio de que, por serem inseparáveis, definem então uma temática que elucida e embasa essa progressividade revelacional do próprio SENHOR, isto é, se a história comporta os atos de Deus que o revelam, deve haver alguma intenção ou finalidade para tal.

Da mesma forma como foram concebidos conceitos que definem o lócus unificador do cânon (alianças, dispensações, promessa-cumprimento etc.), alguns teóricos, por notarem uma temática central no processo progressivo da revelação de Deus ao homem, propuseram definições quanto a qual é a intenção final e central do SENHOR ao longo do fluxo histórico-progressivo da revelação divina. Como dito, se a história é o instrumento através do qual Deus se revela ao seu povo, há algum objetivo basilar ou vontade maior que evite que a história seja um conglomerado de fatos aleatórios sem qualquer gerência, e sim, um enredo coeso que tem um começo, meio e fim. Não se trata de discutir o andamento — já deve ter ficado clara sua inquestionável existência — o ponto agora é notar qual a intenção divina ao operar esse andamento da forma como fez ou faz.

Alguns exemplos dessas sugestões poderão elucidar o argumento. O. Palmer Robertson asserta que a causa motora de todo movimento histórico em progresso dá-se por meio da temática do que ele chama de “princípio Emanuel”:

*Ao longo do registro bíblico* da administração da aliança feita por Deus, uma frase única se repete como sumário da relação pactual: “Eu serei o vosso Deus, e vós sereis o meu povo”. A constante repetição dessa frase, indica a unidade da aliança de Deus. Essa frase pode ser considerada como o “princípio Emanuel” da aliança. O coração da aliança é a declaração de que “Deus está conosco”.<sup>10</sup>

É válido ressaltar que Robertson neste ponto está elaborando a unidade temática das alianças que Deus estabeleceu ao longo da história, porém, é exatamente esse tema, de acordo com sua percepção, que norteará o tratamento do SENHOR para com seu povo, revelando paulatinamente seu desejo de habitar no meio dele para sempre. O progresso histórico-revelacional gira em torno desta intenção divina.

---

<sup>10</sup> ROBERTSON, O. Palmer. *O Cristo dos pactos*. São Paulo: Cultura Cristã, 2011, p. 45.

Outra proposta que labuta em demonstrar o caminhar da progressão planejada de Deus em mostrar-se é exposta por James Hamilton, que enfatiza a ideia de que o que guia a passagem histórica é o desejo do SENHOR em expor sua glória na salvação de seu povo por meio do derramar do juízo sobre o mal:

A Bíblia, é claro, está repleta de temas, e cada um desses brilha com a glória de Deus. Estes temas fluem todos, e voltam a fluir para a glória de Deus. Instituir e lançar estes temas é o fundamento da justiça de Deus, sobre o qual ele constrói uma torre de misericórdia, a fim de fazer um nome para si. [...] Quando Deus traz salvação mediante o juízo, a justiça serve como o pano de fundo escuro sobre o qual Deus mostrará o diamante de sua misericórdia. A pedra reluzente, o pano de contraste, e a luz que brilha sobre ambos são o resultado de uma demonstração da glória de Deus de tirar o fôlego. O tema central da Bíblia é a glória de Deus, por meio do juízo.<sup>11</sup>

Por fim, uma ideia um tanto mais moderna, porém não menos esclarecedora, aparece na perspectiva de ver a história como um grande enredo metanarrativo de encenação de um drama cósmico que possui Deus como diretor e personagem principal. A revelação de Deus (Escritura Sagrada) é o enredo que encerra a história debaixo de um elaborado “teodrama” do qual todos participam como atores. Nesta proposta, a ação do diretor e protagonista consiste em “trazer de volta do exílio” ou em “reconstruir o templo”, expressões que são eivadas da significação redentora clarificada no movimento histórico-progressivo do povo de Israel no Antigo Testamento e que alcança de maneira macrocósmica e análoga a igreja no Novo Testamento:

[...] O drama da redenção é uma grande odisseia dupla, em que a humanidade, junto com o restante da criação, perde-se no caminho e encontra o caminho de casa somente porque Deus sai de casa a fim de trazer todos de volta. As Escrituras retratam um drama de aliança que *avança movido pelo amor de Deus*. É um drama em que Jesus recapitula a história de Israel e encena o futuro de forma nova e inesperada. O drama é estruturado por um padrão de “volta” (do exílio)

---

<sup>11</sup> HAMILTON, James M. *O que é teologia bíblica: um guia para a história, o simbolismo e os modelos da Bíblia*. São José os Campos, SP: Editora Fiel, 2016, p. 41.

e reconstrução” (do Templo). “Volta” e “reconstrução” não são apenas momentos passados na história de Israel, mas momentos — *movimentos*, missões — no *drama da redenção* em curso.<sup>12</sup>

É pertinente para nossa análise da progressão revelacional percebermos que, não importando qual alternativa sobre o tema do movimento histórico escolhemos, nos depararemos inevitavelmente com um tópico-chave: a *redenção*. Os desdobramentos perspectivos que especificam esse assunto, como dito, podem variar, mas, se queremos compreender qual é o “fio de ouro” que perpassa a revelação de Deus de maneira cada vez mais detalhada, necessitamos reconhecer que a redenção da criação focalizada no povo eleito de Deus por meio de Jesus Cristo é a força que vira cada página da revelação divina:

A Bíblia é tanto o registro dos atos salvadores de Deus quanto a explicação deles e, portanto, tem necessariamente um caráter *histórico-progressivo*. [...] A revelação de Deus não é apenas progressiva; é fundamentalmente histórica em seu caráter. Assim, por exemplo, a crucificação e a ressurreição de Cristo são eventos objetivos na história que não apenas revelam algo sobre *Deus e a redenção*, mas eventos que realmente conquistam a redenção. A Bíblia, portanto, não é meramente uma história contada por humanos sobre a salvação que Deus lhes dá; é uma história encenada e depois explicada por Deus sobre Deus. Há um foco em Deus em tudo isso, pois Deus objetivamente e concretamente invade a história humana e age para redimir seu povo para sua própria glória. Assim, na teologia bíblica, falamos de história da redenção. [...] *Há uma natureza orgânica na revelação progressiva de Deus e em seu plano redentor*. Ele não funciona simplesmente como um canteiro de obras, que se move progressivamente da planta para a construção acabada. Em vez disso, ele se desdobra e se desenvolve da forma de uma semente para uma árvore adulta. Na forma de semente, o mínimo e o começo da revelação salvadora são dados. Ao final, essa verdade simples revela-se complexa e rica, multifacetada e profundamente bela.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> VANHOOZER, Kevin J. *O drama da doutrina: uma abordagem canônico-linguística da teologia cristã*. São Paulo: Vida Nova, 2016, p. 72.

<sup>13</sup> LAWRENCE, Michael. *Teologia bíblica na prática: um guia para a vida da igreja*. Edição de Kindle. Posição Kindle 398 de 4190.

Assim, a salvação ou redenção é a força motriz da história e, como tal, é a base da progressão revelacional que tem por objetivo totalizar aquela revelação dada no início do contato de Deus com o homem.

Estabelecido o conceito de progressividade revelacional, qual seja, o movimento histórico-redentivo em que Deus mostra-se ao seu povo de maneiras cada vez mais detalhadas, expondo seu grande plano e propósito, focaremos em apontar como essa compreensão pressuposicional estava arraigada na mente dos escritores do Novo Testamento e em como eles a usaram para interpretar o Antigo Testamento.

## 2. PRESSUPOSIÇÃO PROGRESSIVA-REVELACIONAL DOS ESCRITORES DO NOVO TESTAMENTO

Como os escritores neotestamentários expuseram a hermenêutica progressiva-revelacional em seus textos? De que forma esse pressuposto moldou a forma como viram o evento da revelação final de Deus em Cristo? Essas e outras perguntas, naturalmente, são o foco de nossa pesquisa neste artigo e agora é chegado o momento de abordá-las finalmente.

De acordo com o que demonstramos na conceituação, o pressuposto da progressividade revelacional não é uma alternativa ou ferramenta hermenêutica que pode servir de base para uma compreensão mais acurada da revelação, mas é uma característica que compõe sua natureza e, sem observar esse movimento epigenético, fatalmente leremos a Escritura de maneira estanque ou concentrando atenção num ponto específico da história, o que inviabiliza a compreensão da temática anexada ao texto. Não estamos propondo duas significações para o texto bíblico: aquela que pode ser obtida por meio de uma consideração completa (tendo em vista a progressão revelacional), ou, uma leitura focal a fim de descobrir a mensagem registrada em determinado ponto da história da redenção sem considerar a unidade canônica. Somente será possível compreender a mensagem da Palavra de Deus se a tomarmos como uma revelação que progrediu até que alcançasse sua plenitude. É exatamente por não levar isso em consideração que muitas pessoas não conseguem transitar da intenção pontual do texto para seu alcance à luz do desenvolvimento revelacional.

Esse equívoco ocorre mais comumente quando alguns tentam ler passagens do Pentateuco, por exemplo, sem compreender que naquele estágio da revelação as informações possuíam uma finalidade dinâmica e não fixa. Textos que falam

sobre como o pecado deveria ser tratado (pena de morte, exílio [ex. Ex 21.12-36], sacrifícios [ex. Lv 1-7]) ou leis civis que permitiam a obtenção de escravos (Lv 15.12-18), se forem lidos sem essa consideração de movimento em direção a um ponto mais detalhado e abrangente, principalmente no que concerne a como o texto em questão aponta para o processo redentivo, serão traduzidos ou interpretados de maneira errada, e até mesmo contrapondo o próprio significado do texto.

Tomemos como estudo de caso a legislação em relação ao assassino culposo (aquele que matou sem essa intenção), como é a situação de Números 35.9-12:

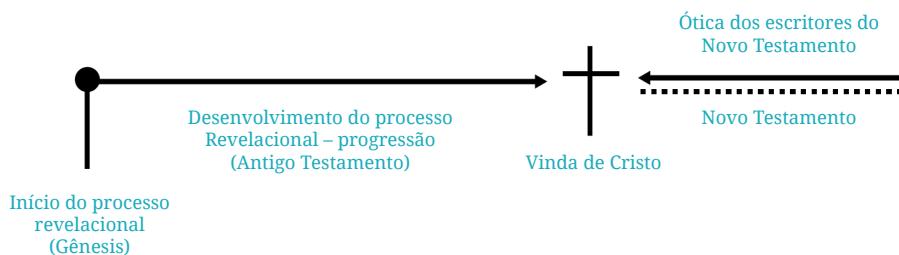
Disse mais o SENHOR a Moisés: Fala aos filhos de Israel e dize-lhes: Quando passardes o Jordão para a terra de Canaã, escolhei para vós outros cidades que vos sirvam de refúgio, para que, nelas, se acolha o homicida que matar alguém involuntariamente. Estas cidades vos serão para refúgio do vingador do sangue, para que o homicida não morra antes de ser apresentado perante a congregação para julgamento.

Alguém poderia interpretar a passagem de maneira a considerar, por exemplo, que a lei é parcial ao assassino, numa que providencia que o mesmo possa fugir após ter cometido um crime. Porém, levando em consideração não só a finalidade desta lei, que é garantir que o assassino culposo possa ter um julgamento onde alguma misericórdia possa lhe ser demonstrada, através do pressuposto histórico-progressivo, o texto culmina diretamente em Cristo — para onde todo pecador pode fugir, a fim de que seja julgado e absolvido, mediante a propiciação executada pelo próprio Deus a seu favor por meio do sacerdócio de Jesus. É um exemplo muito simples e talvez até superficial, porém, a dinâmica interpretativa de textos do Antigo Testamento na atualidade possui uma tendência de enxergar não um progresso, mas um contraponto ou antítese entre os Testamentos, por não considerar o fluxo contínuo da revelação que caminha para um alvorecer redentivo em Cristo: o prisma que lança luz sobre todas as sombras da administração veterotestamentária e embasa a compreensão dos autores do Novo Testamento, proporcionando aplicações salutares àqueles que estão debaixo da Nova Aliança.

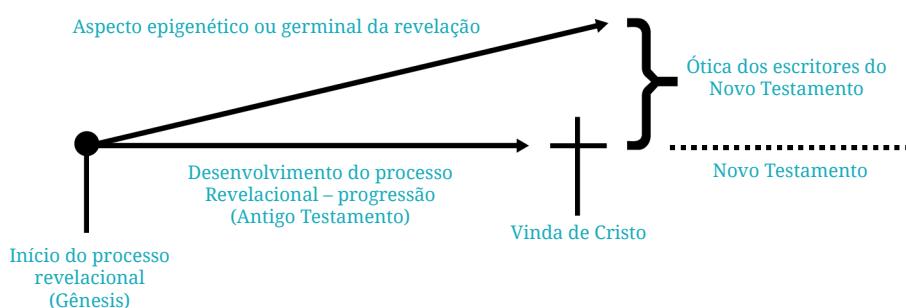
Os escritores do Novo Testamento estavam não somente atentos às revelações que “rugiam os tambores” para a chegada do personagem central da trama bíblica — o Messias — mas analisaram os passos de desenvolvimento da própria

revelação veterotestamentária e puderam assim unir seus horizontes, tanto em relação ao evento cristológico quanto à carga de informações que o precedeu. Os autores do Novo Testamento identificaram Cristo e sua vinda, não de maneira pontual, como se de uma vez concebessem que Jesus era o Cristo, mas o fizeram levando em consideração o cumulativo de informações que progrediu ao longo da história. Assim, quando o Messias se revelou no cenário histórico, os apóstolos e demais escritores do Novo Testamento apontaram para ele como sendo o cumprimento das profecias e promessas do Antigo Testamento, não somente observando como ele propunha que o era através de sinais, milagres ou coisas do gênero, mas viram que tudo isto correspondia harmonicamente ao enredo histórico-progressivo que “desenrolou o tapete vermelho da redenção” para que o Messias (Cristo Jesus) pudesse enfim chegar. O esquema a seguir elucida a percepção dos escritores neotestamentários em relação à progressão revelacional e seu clímax em Cristo:

Esquema 1: Suposição *incorrecta* sobre a perspectiva dos escritores do Novo Testamento.



Esquema 2: Suposição *correta* sobre a perspectiva dos escritores do Novo Testamento.



Poderá ser útil à compreensão usarmos como paralelo conceitual a perspectiva do Dr. Gregory Beale quanto a visão dos autores veterotestamentários; o que ele chama de “visão periférica”. Em suas palavras:

A noção de conhecimento periférico cognitivo ajuda a entender melhor o fato de as asserções humanas terem significados explícitos e implícitos. Todos os seres humanos têm visão central e visão periférica. A visão periférica é definida, em regra, como a capacidade de enxergar objetos e *movimentos* fora da linha direta do olhar. [...] Embora a compreensão divina transcendia a intenção consciente do autor humano, ela não deixa de ter uma relação orgânica com o entendimento humano do autor ou seu “tipo pretendido”. O conhecimento de Deus, mais completo que o conhecimento consciente do profeta, seria uma conotação interpretativa que caberia dentro do “tipo pretendido” do autor humano. Se alguém lhe perguntasse sobre isso mais adiante, o profeta diria: “Sim, é esse mesmo o significado mais amplo e completo daquilo que eu quis dizer originalmente”. Somos obrigados a reconhecer que, em todos os casos, Deus tinha uma compreensão mais abrangente que a dos autores bíblicos quando estes escreveram.<sup>14</sup>

Em resumo, a proposta do Dr. Beale é a de que havia um significado mais abrangente e amplo nas palavras proferidas pelos profetas e demais escritores veterotestamentários, palavras essas que ansiavam por um aprofundamento em progressão, até que toda carga germinal contida na palavra se desdobrasse, atingindo a plenitude de significado pretendida pelo autor divino. Michael Lawrence, de maneira análoga, exemplifica essa perspectiva de outra forma:

Os profetas veem as montanhas no horizonte distante como uma linha única e bidimensional. Uma vez que chegamos à história e viajamos por essas montanhas, descobrimos que existem várias serras, em diferentes distâncias. Isso significa que a maioria das profecias, se não todas, têm múltiplos horizontes de cumprimento. Por exemplo, no fluxo da narrativa de Isaías, o “sinal de Emanuel” em Isaías 7 é cumprido em Isaías 8 com o próprio filho de Isaías. Mas essa é apenas

---

<sup>14</sup> BEALE, G. K. *O uso do Antigo Testamento no Novo Testamento e suas implicações hermenêuticas*. São Paulo, Vida Nova, 2014, p. 13, 46-47.

a primeira fileira de montanhas. Atrás e elevando-se acima dessa fileira está o cumprimento final do texto no nascimento de Jesus Cristo. [...] Precisamos lembrar que a revelação é progressiva e, na revelação de Jesus Cristo, recebemos o ponto principal e o final da história. Isso significa que temos uma vantagem sobre os leitores do Antigo Testamento. Nós trabalhamos partindo da história de toda a Bíblia até a profecia, e não o contrário. Como Pedro nos assegura em 1Pedro 1.10-13, o evangelho nos dá uma visão mais clara até mesmo do que os profetas do Antigo Testamento tinham. Portanto, o Novo Testamento determina o significado final da profecia do Antigo Testamento, e não o contrário.<sup>15</sup>

Os escritores veterotestamentários, ao receberem as revelações de Deus, tinham a capacidade de ver o ponto final, ou seu cumprimento, conforme o momento e o teor da revelação que recebiam permitia — embora não detivessem todos os detalhes da realização última de suas palavras, por isso, aguardavam o movimento progressivo revelacional. Nossa proposta caminha de maneira paralela embora na “contramão”: propomos uma “visão periférica às avessas”. Os escritores do Novo Testamento estão olhando “do pico da segunda montanha” (o cumprimento final e pleno da revelação: Cristo), visualizando para toda a “cordilheira revelacional” que a progressão proporcionou até que atingisse o clímax, conforme demonstra a ilustração:

Ilustração: visão dos autores AT/NT



<sup>15</sup> LAWRENCE, Michael. *Téologia bíblica na prática: um guia para a vida da igreja*. Edição de Kindle. Posição Kindle 798, 803, 820 de 4190.

O montante de informações que progrediu ao longo dos movimentos divinos em revelar-se ao seu povo, tornou a visão e perspectiva dos autores do Novo Testamento clarificada quanto a encarnação de Cristo e o que ela representava: o último ato revelacional de Deus no processo histórico-redentivo. À luz disso, resta-nos a verificação do princípio apresentado através do próprio Novo Testamento. Para isso, analisaremos três textos neotestamentários que expõem essa consideração progressivo-revelacional como base argumentativa: Gálatas 4.1-7, Hebreus 1.1-4 e 2Pedro 1.16-21.

### Gálatas 4.1-7:

Digo, pois, que, durante o tempo em que o herdeiro é menor, em nada difere de escravo, posto que é ele senhor de tudo. Mas está sob tutores e curadores *até ao tempo predeterminado pelo pai*. Assim, também nós, quando éramos menores, estávamos servilmente sujeitos aos rudimentos do mundo; vindo, porém, *a plenitude do tempo*, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para resgatar os que estavam sob a lei, a fim de que recebêssemos a adoção de filhos. E, porque vós sois filhos, enviou Deus ao nosso coração o Espírito de seu Filho, que clama: Aba, Pai! De sorte que já não és escravo, porém filho; e, sendo filho, também herdeiro por Deus.

Após uma longa sequência de exortações — muitas delas contundentes — o apóstolo Paulo resolve expor aos gálatas o argumento que encerra a inutilidade da ideia de que a salvação pode ser conquistada pelas obras da Lei, com o tema da “plenitude dos tempos”. O argumento é trabalhado em torno de uma analogia com a pedagogia greco-romana que fazia parte da cultura da época.

Nos versos 1-2 o apóstolo apresenta a consideração de que o filho de um grande senhor está numa condição de igualdade com a de um escravo em relação ao desfrutar da herança de seu pai, isto é: por ser pouca a sua idade é incapaz de recebê-la. Assim, necessita de um “tutor” (gr. “ἐπιτρόπους”) alguém que o preserve até que a maturidade seja atingida a contento do pai, tornando seu filho apto a receber a herança. Esse “tutor” no argumento paulino é a Lei, que não serve como meio de salvação, mas como instrumento usado por Deus para conduzir seu povo a Cristo até que o tempo propício chegue. O ponto em questão e que converge para nossa análise é exatamente a espera da maturidade.

A aplicação dessa exemplificação ocorre nos versos de 3 a 4, em que Paulo alega que, da mesma forma como o filho do senhor (o povo de Deus no NT) aguarda, sob instrução do tutor (Lei), a chegada da maturidade, “assim, também nós, quando éramos menores, estávamos servilmente sujeitos aos rudimentos do mundo (processo de tutela sob a lei e espera do movimento histórico-progressivo da redenção). Em vindo, porém, a “plenitude do tempo”, isto é, de acordo com o tempo predeterminado pelo Pai (v. 2), o fluxo histórico-progressivo atingiu o clímax na vinda de Cristo ao mundo, este sim, sendo o instrumento da salvação do povo eleito de Deus, torna-nos filhos do Pai por adoção, proporcionando o estágio final de nossa maturação, tornando-nos aptos a receber a herança: “a fim de que recebêssemos a adoção de filhos. E, porque vós sois filhos (efeito da chegada de Cristo — plenitude do tempo), enviou Deus ao nosso coração o Espírito de seu Filho (aptidão e maturação), que clama: Aba, Pai! De sorte que já não és escravo, porém filho; e, sendo filho, também herdeiro por Deus (consequência).

Para vencer o apelo legalista dos judaizantes que estavam percorrendo o caminho inverso do progresso histórico-redentivo, violando o texto veterotestamentário em seu significado, Paulo usa o progresso da revelação culminante em Cristo, baseado em todo o avanço temporal e cumprimento das promessas de Deus, que serviu para maturar-nos e preparar-nos para esse momento apoteótico da história da redenção. Como salienta Ridderbos comentando Gálatas 4.1-7 e 2Coríntios 6.2 (esta última passagem também trazendo uma perspectiva temporal e progressiva do plano redentivo):

Com “plenitude do tempo” não está se falando, *apenas*, da maturação de uma determinada questão dentro da grande estrutura da história redentora, mas do cumprimento do tempo num sentido absoluto. [...] Esse início de um grande tempo de salvação não é afirmado com menos clareza em 2Coríntios 6.2 onde o apóstolo aponta o dedo para a sua presença: “eis agora o tempo sobremodo oportuno, eis, agora, o dia da salvação!”. Aqui também, deve-se entender que as expressões: “tempo sobremodo oportuno” e “dia da salvação” não são, simplesmente, um determinado acontecimento salvador ou uma oportunidade que deve ser usada e que, talvez, venha a desaparecer novamente. Não desejar comunicar outra coisa senão que a vinda decisiva e há muito esperada de Deus

*finalmente raiou, a hora das horas, o dia da salvação no sentido realizador e escatológico da palavra.*<sup>16</sup>

A plenitude do tempo de que fala o apóstolo Paulo remete ao trato que Deus providenciou ao longo da história redentiva, num primeiro momento através da Lei que nos colocou sob seu tutorado, aplainando os caminhos, para que então o apogeu da revelação divina pudesse entrar em cena, a saber, Cristo Jesus e sua obra.

### **Hebreus 1.1-4:**

Havendo Deus, outrora, falado, muitas vezes e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas, nestes últimos dias, nos falou pelo Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas, pelo qual também fez o universo. Ele, que é o resplendor da glória e a expressão exata do seu ser sustentando todas as coisas pela palavra do seu poder, depois de ter feito a purificação dos pecados, assentou-se à direita da majestade, nas alturas, tendo-se tornado tão superior aos anjos quanto herdou mais excelente nome do que eles.

Uma consideração equivalente é usada pelo escritor da carta aos hebreus em sua introdução. É ponto comum que o autor deste texto se vale de diversas comparações e usos do Antigo Testamento para sua argumentação exortativa, encorajando os crentes a permanecerem firmes na fé cristã. Contudo, sua consideração didática é explicitada de maneira resumida em sua abertura.

A tese em questão é a de que a revelação divina ocorreu em tempos passados “diversas vezes” (gr. Πολυμερῶς) e de “muitas maneiras” (gr. πολυτρόπως) objetivando que, por meio delas, o plano redentivo de Deus fosse apresentado de forma a apontar para uma culminância no envio do Filho no tempo determinado (gr. ἐπ' ἐσχάτου τῶν ἡμερῶν = “sobre/para estes últimos dias”). Esse alcance progressivo da revelação balanceia o teor de toda a carta de acordo com o uso de definições apresentadas ao longo do corpo do texto, considerando a superioridade de Cristo sobre os modos de revelação (v. 1) extraídos do Antigo Testamento:

---

<sup>16</sup> RIDDERBOS, Herman. *A teologia do apóstolo Paulo: a obra clássica sobre o pensamento do apóstolo dos gentios*. São Paulo: Cultura Cristã, 2013, p. 48.

- Introdução: a superioridade de Cristo: a era escatológica cumprida: 1.1 – 2.18
- Um melhor profeta (superior a Moisés): 3.1 – 4.13
- Um melhor sacerdote (superior a Arão): 4.14 – 7.28
- Uma melhor aliança: 8.1 – 9.28
- Um melhor sacrifício: 10.1-31
- Um melhor caminho: 10.32 – 12.29
- Aplicações: 13.1-25

Considerando esse balanço, cada um dos tópicos acima destacados apresenta como *superior* (gr. “κρείττων”) o cumprimento e chegada do clímax da revelação divina em Cristo. É importante que percebamos que o autor não necessita fazer uma análise de cada faceta do movimento progressivo-revelacional em termos de compreender cada aspecto ou “evolução” no fluxo histórico-redentivo para que possa então chegar à conclusão de que a vinda de Jesus atinge o auge da revelação divina. Para o autor, é suficiente destacar que todas aquelas anteriores formas de revelação traziam consigo o aspecto progressivo e tipológico que apontavam para a excelência e supremacia da final revelação do Deus Trino em Cristo: aquele para onde converge toda a revelação:

O tema central de Hebreus é Cristo. Ele é supremo e está acima dos anjos (cap. 1), acima de Moisés (cap 3.1-6), acima de Josué (4.9) e de Melquise-deque (cap. 7). Tudo isso, porém, não era tão inovador assim que não tivesse raízes ou não fosse antecipado na revelação de Deus até aquele momento. Pelo contrário, tudo aconteceu exatamente como havia sido previsto no plano da promessa de Deus. [...] A segunda geração de crentes hebreus precisava saber que, assim como Deus falara no passado a seus ancestrais pelos profetas, usando diferentes modos e meios em épocas diferentes, assim também ele continuava a comunicar-se com todos nós “nestes últimos dias” por seu Filho Jesus.<sup>17</sup>

Os modos através dos quais o SENHOR revelou-se no passado germinaram (i.e. progrediram) na maravilhosa e final demonstração de seu ser e obras através

---

<sup>17</sup> KAISER, Walter C. Jr., *O plano da promessa de Deus: teologia bíblica do Antigo e Novo Testamentos*. São Paulo: Vida Nova, 2011, p. 382, 383.

de Cristo Jesus. Para o escritor Aos Hebreus isto era argumento suficiente para que os crentes suportassem quaisquer dificuldades, visto que desfrutavam de uma comunicação muito mais intensa e ampla com Deus do que aqueles que visualizaram o cumprimento das promessas através daqueles meios revelacionais anteriores.

## 2Pedro 1.16-21:

Porque não vos demos a conhecer o poder e a vinda de nosso Senhor Jesus Cristo seguindo fábulas engenhosamente inventadas, mas nós mesmos fomos testemunhas oculares da sua majestade, pois ele recebeu, da parte de Deus Pai, honra e glória, quando pela Glória Excelsa lhe foi enviada a seguinte voz: “Este é o meu Filho amado, em quem me comprazo”. Ora, esta voz, vinda do céu, nós a ouvimos quando estávamos com ele no monte santo. *Temos, assim, tanto mais confirmada a palavra profética, e fazeis bem em atendê-la, como a uma candeia que brilha em lugar tenebroso, até que o dia clareie e a estrela da alva nasça em vosso coração*, sabendo, primeiramente, isto: que nenhuma profecia da Escritura provém de particular elucidação; porque nunca jamais qualquer profecia foi dada por vontade humana; entretanto, homens [santos] falaram da parte de Deus, movidos pelo Espírito Santo.

Esta epístola é uma exortação franca contra os falsos ensinos e falsos mestres que estavam se infiltrando na igreja, desviando os crentes do mandamento do SENHOR ensinado através dos apóstolos (2.1). O ponto focal da epístola é demonstrar para os crentes o caráter equivocado dos hereges, que negavam, dentre tantas doutrinas, a segunda vinda de Cristo Jesus e sua obra redentiva. É exposto pelo autor um contraste entre o conhecimento falso, proveniente dos erros propagados, e o verdadeiro conhecimento, oriundo das Escrituras Sagradas (1.19).

Os falsos mestres negavam frontalmente os ensinamentos de Cristo, questionando o cumprimento profético de sua segunda vinda. O argumento apoloético de Pedro, em primeiro lugar, demonstra que todas as profecias vete-rotestamentárias apontavam também para a primeira vinda de Cristo e como essas profecias são as palavras do próprio Deus em benefício de seu povo eleito, numa que foram dadas com o fim de expor o compromisso divino através do plano redentivo. Assim, o primeiro passo de Pedro é apresentar aos crentes as profecias como sendo garantias da salvação que agora desfrutam. O principal ponto que se refere ao tema deste ensaio é a progressividade do plano redentor, que demarca o movimento histórico que garantiria a chegada de Cristo. Para

isso, uma metáfora é usada pelo autor: a comparação da palavra profética a uma “candeia que brilha em lugar tenebroso”, e a realização da profecia — a chegada de Jesus — como a luz da “estrela da alva” que aponta para o raiar do dia (v. 19).

O autor enfatiza e embasa sua exortação no plano redentivo e progressivo de Deus, que aos profetas demonstrou a exuberância da redenção no Messias, através das profecias entregues aos antigos que demarcavam o percurso epigenético da revelação, até que a etapa final e principal da obra salvadora atingisse sua plenitude. Walter Kaiser, observando o argumento de Pedro em sua primeira carta (1Pe 1.10-12) — que também faz parte da tese trabalhada nesta segunda obra — contra os falsos mestres, exortando a igreja, salienta os pontos elucidados pelo autor desta epístola:

[...] Os profetas prometeram a vinda do Messias e descreveram quais seria algumas de suas obras. Eles sabiam pelo menos cinco fatos (1) *que estavam apontando para o Messias*; (2) que o Messias sofreria; (3) que ele seria glorificado; (4) *que a ordem desses dois últimos eventos já havia sido determinada*, porque em seguida viria a glória; e (5) *que eles não ministravam apenas para seus dias, mas também para o público dos dias de Pedro* – isto é, para a igreja. O que eles não sabiam: (1) a hora exata e (2) *as circunstâncias que envolveriam o evento da primeira vinda*.<sup>18</sup>

A ênfase na promessa profética garante que o plano ou percurso histórico traçado por Deus haveria de ser concluído com a primeira vinda de Cristo. O argumento então segue para uma consequência e dinâmica semelhante: se Deus o Pai, desde os tempos antigos, garantiu ao seu povo o avanço de seu plano revelacional e, portanto, redentor, que culminaria em Cristo e no cumprimento das promessas, da mesma forma haverá de ser executada a consumação desse plano com a segunda vinda do SENHOR, logo “[...] temos, assim, tanto mais confirmada a palavra profética...”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que torna o argumento da progressividade revelacional como pressuposto para interpretação do Antigo Testamento pelos escritores do Novo Testamento algo

---

<sup>18</sup> KAISER, Walter C. Jr. *O plano da promessa de Deus: teologia bíblica do Antigo e Novo Testamentos*. São Paulo: Vida Nova, 2011, p. 363.

comum a todos estes e não uma peculiaridade coincidente a Paulo, ao escritor da epístola aos Hebreus e a Pedro? Como é possível atestar que a natureza progressiva da revelação é de fato um dos pontos que compõe o lócus hermenêutico do Novo Testamento?

Em primeiro lugar, e estando acima de todos os argumentos, é basilar a perspectiva de que, antes de a revelação divina registrada nas Escrituras Sagradas ter sua gênese na iniciativa humana, ela é fundamentalmente fruto da ação divina, ou seja, o ponto que unifica a Palavra de Deus através de uma coesão e coerência tal que seja possível que suas partes, embora sendo compostas pela escrituração de vários autores humanos, vivendo em épocas diferentes — e consequentemente em momentos distintos no fluxo histórico-progressivo — sob um único tema, é o fato de o Espírito Santo a ter inspirado e supervisionado seu registro. A resultante inevitável dessa conclusão é a de que a progressividade revelacional é um dos pressupostos para a interpretação do Antigo Testamento pelos autores neotestamentários devido a Escritura Sagrada ser o registro da vontade e ação divina em revelar-se e redimir seu povo.

Assim, os autores do Novo Testamento, embora estejam numa condição superior à dos escritores do Antigo Testamento (por estarem vivendo na era da revelação final de Deus em Cristo e após ela, como já argumentado), estão ligados a eles, pois são da mesma forma instrumentos para o registro da revelação divina.

Isto posto, concentramo-nos neste artigo em expor que a progressão revelacional faz parte do bojo hermenêutico dos escritores do Novo Testamento em sua tarefa interpretativa do Antigo Testamento. Eles possuem uma unificação de horizontes quanto ao ato de registrar a revelação divina, bem como estão posicionados — em relação ao plano redentor histórico-progressivo — no “cume da montanha”, isto é, no ponto convergente de todo fluxo de ações de Deus em mostrar-se ao seu povo. Assim, a redenção executada finalmente em Cristo amplia seus olhares observando a germinação da semente revelacional na árvore majestosa das ações salvadoras do Deus Trino.

As implicações dessa perspectiva não poderiam ser outras, senão a de que nós, como igreja do SENHOR, inclusos como receptores, tal qual Israel no Antigo Testamento, das revelações divinas através da Escritura Sagrada, devemos lê-la também continuando o movimento realizado pelos apóstolos e demais escritores neotestamentários, partindo de uma revelação germinal ou embrionária, traçando

todo o percurso ascendente da história da redenção, até chegarmos invariavelmente em Cristo Jesus, momento em que as sombras ou limitações das demonstrações divinas anteriores são finalmente ampliadas, exibindo a magnitude do que Deus estava fazendo em Jesus na cruz.

A progressão revelacional dá o tom dinâmico e amplo que deve ser observado ao nos debruçarmos sobre o Texto Sagrado a fim de entendê-lo. O Deus da história se revelou didática e progressivamente, mostrando-nos, ponto após ponto da realidade histórica, o quanto sua glória é sublime em seu Filho, o qual é “o Alfa e o Ômega, o Primeiro e o Último, o Princípio e o Fim” (Ap 22.13) de toda ação revelacional de Deus na história.

Cristo triunfa!

## REFERÊNCIAS

- Assembleia de Westminster, *Símbolos de fé: confissão de fé, catecismo maior e breve catecismo*, 2<sup>a</sup> edição. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2014.
- BEALE, G. K. *Manual do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento: exegese e interpretação*. São Paulo: Vida Nova, 2013.
- BERKHOF, Louis. *Princípios de interpretação bíblica*. São Paulo: Cultura Cristã, 2013.
- HAMILTON, James M. *O que é teologia bíblica: um guia para a história, o simbolismo e os modelos da Bíblia*. São José dos Campos, SP: Editora Fiel, 2016.
- KAISER, Walter C., Jr. *O plano da promessa de Deus: teologia bíblica do Antigo e Novo Testamentos*. São Paulo: Vida Nova, 2001.
- LAWRENCE, Michael. *Teologia bíblica na prática: um guia para a vida da igreja*. Edição de Kindle.
- RIDDERBOS, Herman. *A teologia do apóstolo Paulo: a obra clássica sobre o pensamento do apóstolo dos gentios*. São Paulo: Cultura Cristã, 2013.
- ROBERTSON, O. Palmer. *O Cristo dos pactos*. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.
- SMITH, Ralph L. *Teologia do Antigo Testamento: história, método e mensagem*. São Paulo: Vida Nova, 2001.
- VANHOOZER, Kevin J. *O drama da doutrina: uma abordagem canônico-linguística da teologia cristã*. São Paulo: Vida Nova, 2016.



Paulo Ulisses

### **Sobre o autor**

Pastor auxiliar na Igreja Presbiteriana de Jaboatão dos Guararapes, Recife-PE. Bacharel em teologia pelo Seminário Presbiteriano do Norte e pós-graduando em teologia exegética pela mesma instituição.

# ABOMINAÇÃO DESOLADORA

*Isaias Lobão*



## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

**O**s evangelhos<sup>2</sup> são geralmente classificados como literatura narrativa porque fazem o relato da história de Jesus. Eles são as boas novas da salvação, de como Deus cumpriu sua promessa do Messias Salvador ao seu povo. Eles contam a história de como Cristo nasceu, viveu, morreu e ressuscitou, e finalmente foi assunto ao céu, e registram a revelação que ele deixou a nós através de seus ensinos e sinais.

A erudição conservadora, que utiliza o método histórico-gramatical-teológico, comprehende que os evangelistas escolheram criteriosamente seu material narrativo e organizaram da forma que melhor comunicasse o conteúdo da mensagem de Cristo. As narrativas são historicamente precisas, embora também se reconheça que tenham uma dimensão literária e estética que contribui para um propósito teológico geral.

<sup>1</sup> A não ser que seja indicada, a tradução dos versículos de Marcos 13 foi realizada pelo pesquisador. Buscou-se preservar a metrificação do texto.

<sup>2</sup> A este respeito, ver a importante contribuição de BLOMBERG, Craig. *Jesus e os Evangelhos*. São Paulo: Vida Nova, 2009. Especialmente o capítulo quatro onde o autor trata da crítica histórica dos evangelhos.

## O DISCURSO DE JESUS NO MONTE DAS OLIVEIRAS

O sermão no Monte das Oliveiras está registrado em Marcos 13:1-37, Mateus 24:1-51, 25:1-46 e Lucas 21:5-38. Os evangelistas usam o discurso como uma ponte entre a controvérsia de Jesus com os líderes de Israel e a consequente crucificação de Jesus Cristo.

Trata-se de um texto particularmente difícil. Primeiro, por tratar simultaneamente de assuntos diferentes. Segundo, pela dificuldade textual quanto à relação entre a literatura apocalíptica judaica e o texto canônico do evangelho. Terceiro, pelas decisões críticas concernentes ao caráter e função deste material, seu arranjo estrutural e sua autenticidade essencial. William L. Lane afirma: “As questões suscitadas pela forma e conteúdo do capítulo e pela sua relação com o evangelho como um todo são complexas e difíceis e ocasionaram uma extensa literatura”.<sup>3</sup>

Os registros desse sermão são resultado do trabalho editorial dos evangelistas elaborado com base nas tradições disponíveis. Pode-se atestar isto pelo fato de que Marcos 13.9b-12 não é reproduzido em Mateus 24, mas é encontrado em Mateus 10.17-21, no discurso missionário dirigido aos doze apóstolos. O dito proferido por Jesus em Mateus 24.26-28 parece ser muito semelhante ao material proveniente do hipotético documento *Q*<sup>4</sup>, aparecendo também em Lucas 17.23-24<sup>5</sup>.

Os comentaristas se dividem em quais versos Jesus está tratando da *parousia* e em quais está se referindo à destruição do templo de Jerusalém. Neste artigo, pretende-se defender a tese de que o discurso no Monte das Oliveiras se refere somente à destruição de Jerusalém e aos eventos de sua geração. Esta interpretação pode ser considerada como preterista parcial e tem sido defendida por diversos intérpretes ao longo dos séculos.<sup>6</sup>

---

<sup>3</sup> LANE, William L. *The Gospel according to Mark*. Grand Rapids: Eerdmans, 1974, p. 444.

<sup>4</sup> Essa hipótese está exposta de forma bastante clara em: MANSON, T.W. *O ensino de Jesus*. São Paulo: ASTE, 1965, p. 41-61.

<sup>5</sup> LADD, George Eldon. *Teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Hagnos, 2003, p. 261.

<sup>6</sup> A este respeito, ver: SPROUL, R.C. *Os últimos dias segundo Jesus*. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.

## A DESTRUÇÃO DO TEMPLO

O templo em Jerusalém havia se tornado o símbolo da esperança de Israel. Ele representava o amor exclusivo de Deus por Israel, a estabilidade e a presença de Deus no meio do seu povo. Era um dos grandes santuários da antiguidade. Seu complexo formava o centro do judaísmo.

A destruição do templo de Jerusalém é o sinal de que caiu a velha ordem e que a nova havia começado. Assim como os profetas da igreja do Antigo Testamento, Jesus denunciou a estrutura pecaminosa representada pelo templo. Em sua pregação, Jesus demonstrou como as estruturas se pervertem — como no caso dos vendilhões do templo e da aliança da elite religiosa de Israel com o poder romano. O ódio dos religiosos se somou ao pavor dos governantes. Cristo repreendeu o povo quanto às condições sociais e advertiu sobre a iminência do cativeiro, da destruição da nação pecaminosa.

O historiador romano Tácito<sup>7</sup> e o historiador judeu Josefo<sup>8</sup> descrevem a destruição do templo como uma catástrofe de dimensões sobrenaturais. Houve co-moções nacionais e calamidades públicas. Fomes, epidemias, terremotos e guerras são descritas como princípios das dores de parto, (Mc 13.8). Houve violentos conflitos entre os judeus e os habitantes de Alexandria, Síria e Babilônia. No reinado de Calígula, inúmeras prisões foram realizadas na Judeia, resultantes dos conflitos com os romanos, em consequência da proposta do imperador de colocar sua própria estátua no templo de Jerusalém. No reinado do imperador Cláudio (41-54 d.C.) houve grande escassez. O preço dos alimentos subiu tanto que levou muitos habitantes da Judeia a morrer de fome. Ocorreram terremotos durante os reinados de Calígula e Cláudio.

William Lane assim explica: “Jesus utilizou uma frase técnica da literatura rabinica para descrever o intenso sofrimento que precederia a libertação messiânica”.<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> TACITUS. *Histories*. Cambridge, Mass: Harvard University; London: W. Heine-mann, 1998 (The Loeb Classical Library), 2v, p. 5-6.

<sup>8</sup> VV.AA. *Flávio Josefo: Uma testemunha dos tempos dos apóstolos*. São Paulo: Paulinas, 1986.

<sup>9</sup> LANE, William, *op. cit.* p. 458.

## ABOMINAÇÃO DESOLADORA

Jesus profetizou diversos episódios que ocorreram durante os quarenta anos seguintes. A natureza do sinal indicando a iminência da destruição do templo foi descrita por Jesus como sendo *a abominação desoladora situada onde não deveria estar* (Mc 13.14).

Os discípulos seriam perseguidos ao proclamarem as boas-novas do Reino nas sinagogas e nos sinédrios. Isto lhes daria oportunidades para testemunho. O próprio Cristo toma a responsabilidade de dar a seus discípulos o auxílio divino de que precisam para fazerem sua defesa e darem seu testemunho. Eles seriam traídos e odiados e alguns deles até sofreriam o martírio, mas seriam guardados se aguentassem tudo isso pacientemente.

Pode-se comprovar isso analisando a referência ao mistério do “Abominável da Desolação”, conforme tradução da ARA, ou como tenho traduzido, “Abominação Desoladora”.

A expressão *τό βδέλυγμα της ερημώσεως* encontra-se no Antigo Testamento, na profecia de Daniel (12.11): “Depois do tempo em que o sacrifício diário for tirado, e posta a abominação desoladora, haverá ainda mil e duzentos e noventa dias” (11.31, ARA). “Dele sairão forças que profanarão o santuário, a fortaleza nossa, e tirarão o sacrifício diário, estabelecendo a abominação desoladora” (9.27, ARA). “Ele fará firme aliança com muitos, por uma semana; na metade da semana, fará cessar o sacrifício e a oferta de manjares; sobre a asa das abominações virá o assolador, até a destruição, que está determinada, se derrame sobre ele”.

Esta frase misteriosa constitui parte do vocabulário apocalíptico. Trata-se, portanto, de um símbolo de uma afronta inominável à santidade do templo e ao próprio Deus. Este quadro está profundamente radicado na profecia vete-rotestamentária e na literatura apocalíptica judaica. Encontra-se alusões em diversas passagens.<sup>10</sup> Diversas interpretações desta passagem foram propostas, entre as quais temos: normas imperiais, a imagem de Calígula que seria posta no Templo, um sumo sacerdote despreparado do grupo dos zelotes, a invasão

---

<sup>10</sup> Cf. Am. 5.18; Jl. 2.2, 31; 3.15; Ez. 32.7; Mq. 3.6. Cf. também Mt. 24.29; Lc. 21.25; Ap. 8.12. Além de textos da literatura apocalíptica judaica II Esdras 5:5; Assunção de Moisés 10:5 e I Enoch 80:4-7.

dos romanos liderados por Tito, uma estátua pagã exposta no Templo, um ser humano declarando ser divino e moedas imperiais sendo usadas no Templo.<sup>11</sup>

Rikki Watts advoga que a melhor interpretação proposta é a seguinte: se Jesus é a pedra angular no novo templo de Deus, então crucificá-lo é certamente o supremo ato de profanação do templo. Assim, o véu que se rasga na morte de Cristo é o sinal profético da morte do templo. Como aquela geração não aceitou a presença divina em Jesus, Deus dá a entender que abandonou sua Casa e Jerusalém<sup>12</sup>.

No entanto, o peso sobre a investida do exército romano é ainda tão forte que, na afirmação correspondente no versículo de Lucas (Lc 21.20), é caracterizado como “Jerusalém rodeada de exércitos”. Quando os discípulos vissem exércitos reunindo-se em torno da cidade, deveriam então fugir, pois o julgamento há tanto anunciado sobre Israel estaria para cair e a sujeição aos gentios por um longo tempo estava para ter início. Diante de tamanho suplício, os seguidores de Cristo, alertados por suas palavras, fugiram da Judeia. É digna de nota, a famosa declaração de Eusébio<sup>13</sup>:

Também o povo da igreja de Jerusalém, por seguir um oráculo enviado por revelação aos notáveis do lugar, receberam a ordem de mudar de cidade antes da guerra e habitar certa cidade da Pereia chamada Pella. Tendo os que creram em Cristo emigrado até lá desde Jerusalém, a partir deste momento, como se todos os homens santos tivessem abandonado por completo a própria metrópole real dos judeus e toda a região da Judeia.

A chave para a compreensão para o Discurso do Monte das Oliveiras está na afirmação: “Eu lhes asseguro que não passará esta geração até que todas estas coisas aconteçam”, (v. 30). Em seguida, ao narrar a Parábola da Figueira, Jesus endossou com a declaração intensamente solene do v. 31, afirmindo (com o uso de uma expressão idiomática hebraica) que até se céu e terra passarem, suas palavras jamais passarão. Tudo, portanto, o que Jesus predisse até esse ponto no

<sup>11</sup> CARSON, D.A. & BEALE G.K. *Comentário do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 2014. p. 280-281.

<sup>12</sup> CARSON, *op. cit.* p. 281.

<sup>13</sup> EUSEBIUS OF CAESAREA. *The ecclesiastical history*. Cambridge, Mass: Harvard University; London: W. Heinemann, 1998 (The Loeb Classical Library), 2v. p. 119-200.

seu discurso, seria uma declaração do que se cumpriria durante os quarenta anos seguintes (entendendo a palavra “geração” no seu sentido normal e natural); e de fato se cumpriu.

R. T. France afirma: “O senso natural das palavras, usadas no contexto judeico, é de uma linguagem poética que se refere às grandes transformações que ocorreram quando Jerusalém e seu templo foram destruídos.”<sup>14</sup> Portanto, o texto não é sobre um colapso universal, mas sobre o fim da antiga ordem, que será substituída pelo novo regime de Jesus.

O texto analisado consiste em uma *parêncese*. Não é um discurso de informações esotéricas, mas promove a fé e a obediência no tempo de aflição e convulsão social. Com uma profunda preocupação pastoral, Jesus prepara seus discípulos e a Igreja para um futuro período de perseguição. O reino do Deus continua na realização de sua plenitude na medida em que judeus e gentios cren tes são adicionados à comunidade dos redimidos, a Igreja, em cada geração.

Pode-se concluir que as palavras registradas se referem à Grande Tribulação e esta precedeu a destruição do templo.

## REFERÊNCIAS

- BARCLAY, JOHN M. G. *Jews in the Mediterranean diaspora: from alexander to Trajan (323 BCE-177 BCE)*. Ediburg: T&T Clark, 1996.
- BAUCKHAM, Richard. *Jesus and the eyewitnesses: The Gospels as eyewitness testimony*. Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing, 2002.
- BÍBLIA SAGRADA. Traduzida por João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Atualizada. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2017.
- BLACK, C. Clifton. *The disciples according to Mark: Markan redaction in current Debate*. Journal for the Study of the New Testament Supplement Series, 27; Sheffield: JSOT Press, 1989.
- BLOMBERG, Craig L. *Jesus e os Evangelhos: uma introdução ao estudo dos 4 Evangelhos*. São Paulo: Vida Nova, 2009.

---

<sup>14</sup> FRANCE, R. T. *The Gospel of Mark: a commentary on the Greek text*. Grand Rapids: Eerdmans, 2000, p. 533.

- BORING, M. Eugene. *Mark: a commentary*. New Testament Library; Louisville: Westminster John Knox Press, 2006.
- BRANDON, Samuel George Frederick. *The fall of Jerusalem and the Christian Church: a study of the effects of the Jewish overthrow of A.D. 70 on Christianity*. London: SPCK, 1956.
- CARSON, D. A.; MOO, Douglas J.; MORRIS, Leon. *Introdução ao Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 2001.
- CARSON, D. A. & BEALE G. K. *Comentário do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 2014.
- COLLINS, John J. *A imaginação apocalíptica. Uma introdução à literatura apocalíptica judaica*. São Paulo: Paulus, 2010.
- COLLINS, Adela Yarbro. *Mark: a commentary*. Hermeneia; Minneapolis: Fortress Press, 2007.
- CRANFIELD, C. E. B. *The Gospel according to Saint Mark: an introduction and commentary*. Cambridge Greek Testament Commentary; Cambridge: Cambridge University Press, 1959.
- CULLMANN, Oscar. *Cristologia no Novo Testamento*. São Paulo: Custom, 2002.
- DAVIS, John Jefferson. *A vitória do reino de Cristo: uma introdução ao pós-milenismo*. Brasília: Monergismo, 2009.
- EUSEBIUS OF CAESAREA. *The Ecclesiastical history*. 2v. Cambridge, Mass: Harvard University; London: W. Heinemann, 1998 (The Loeb Classical Library).
- EVANS, Craig A. *Mark 8:27-16:20 (WBC)*. Nashville: Nelson, 2001.
- FRANCE, R.T. *The Gospel of Mark*. New International Greek Testament Commentary; Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing, 2002.
- GOODMAN, Martin. *A classe dirigente da Judeia: as origens da revolta judaica contra Roma, 66-70 d.C.* Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- GUELICH, Robert A. *Mark 1-8:26 (WBC)*. Dallas: Word, 1989.
- GUNDRY, Robert H. *Mark: a commentary on his apology for the cross*. Grand Rapids: Eerdmans, 1993.
- HATINA, Thomas R. *The focus of Mark 13:24-27: The parousia or the destruction of the Temple?* Bulletin for Biblical Research 6 (1996).
- HELLHOLM, Daniel (ed.). *Apocalypticism in the mediterranean world and the Near East: proceedings of the international colloquium on apocalypticism*, Uppsala, August 12-17, 1979. Tübingen: Mohr, 1983.

- KIPPENBERG, Hans G. *Religião e formação de classes na antiga Judeia: estudo sócio-religioso sobre a relação entre tradição e evolução social*. São Paulo: Paulinas, 1988.
- KOCH, Klaus. *The rediscovery of apocalyptic*. London: SCM Press, 1972.
- LADD, George Eldon. *Teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Hagnos, 2003.
- LANE, William L. *The Gospel according to Mark*. Grand Rapids: Eerdmans, 1974.
- LENSKI, R. C. H. *The interpretation of St. Mark's Gospel*. Wartburg Press: Columbus, 1946.
- LOPES, Augustus Nicodemus. *O sermão escatológico de Jesus: Análise da influência da apocalíptica Judaica nos escritos do Novo Testamento*. Fides Reformata 5/2 2000.
- MANSON, T. W. *O ensino de Jesus*. São Paulo: ASTE, 1965.
- MARCUS, Joel. *Mark 1-8: a new translation with notes and commentary*. Anchor Yale Bible Commentaries, 27; New Haven: Yale University Press, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Mark 8-16: A new translation with notes and commentary*. Anchor Yale Bible Commentaries, 27A; New Haven: Yale University Press, 2007.
- MILLAR, Fergus. *The Roman Near East: 31 BC-AD 337*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1996.
- NESTLE-ALAND. *Novum Testamentum Graece*. Editado por Barbara e Kurt Aland et al. 27. ed. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 2004.
- SPROUL, R. C. *Os últimos dias segundo Jesus*. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.
- TACITUS. *Histories*. Trad. Clifford H. Moore. Cambridge, Mass: Harvard University; London: W. Heinemann, 1998 (The Loeb Classical Library), 2v.
- THIELMAN, Frank. *Teologia do Novo Testamento: uma abordagem canônica e sintética*. São Paulo: Shedd, 2007.
- VV.AA. *Flávio Josefo: Uma testemunha dos tempos dos apóstolos*. São Paulo: Paulinas, 1986.



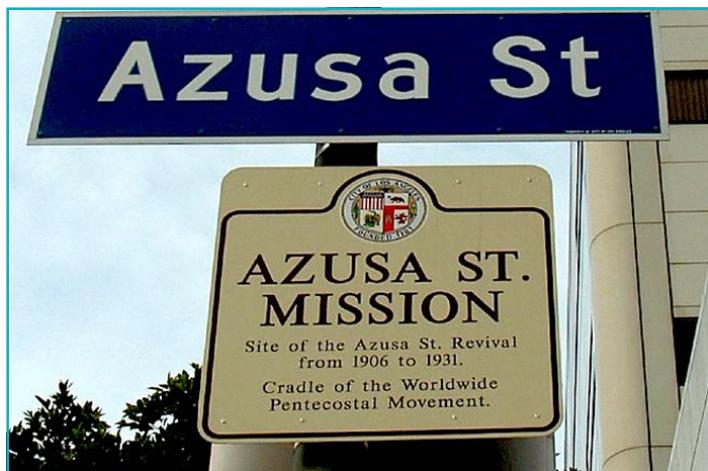
Isaias Lobão

### Sobre o autor

Professor do Instituto Federal do Tocantins. Mestre em teologia pela Faculdade EST. Especialista em Gestão Pública (Faculdade Metropolitana de São Paulo), docência do Ensino Superior (Faculdade Albert Einstein). Bacharel e Licenciado em História (UnB). Bacharel em teologia (Faculdade Cristã Evangélica do Planalto). Liderança em Ministério de Juventude. Escola de Liderança e Ministério (ELIM) Belo Horizonte - MG. É presbiteriano. Pesquisador do GP-GIM. Grupo de Pesquisa em Gestão, Inovação e Mercados do Instituto Federal de Goiás, Grupo TRADIC - Traduzindo Identidade e Cultura CNPq/UFC (Universidade Federal do Ceará) e do Middle Persian Studies. Membro da Society of Biblical Literature (SBL) e da World Reformed Fellowship (WRF). Alumni da Summer School 2019 do Instituto Mises Brasil. Casado com Talita é pai da Ana Clara e do Daniel.

# Pentecostais reformados

John McAlister



**S**erá que existem pentecostais reformados? Pode Azusa ter alguma relação com Genebra?<sup>1</sup>

É indiscutível que tanto a tradição reformada como o movimento pentecostal moderno têm contribuído enormemente para o avanço do cristianismo global. Por um lado, a tradição reformada foi singular em sua definição e defesa dos distintivos teológicos centrais do protestantismo quase que desde o seu nascedouro na Europa do século 16. Para além do âmbito eclesiástico, o calvinismo tem sido responsável por grandes avanços na produção e renovação cultural desde então, especialmente no Ocidente, chamando a atenção inclusive de observadores de fora do cristianismo até os dias atuais.<sup>2</sup> Por outro lado, o

<sup>1</sup> Esse artigo foi primeiramente publicado no volume editado por Marcone Bezerra Carvalho e Rosana Ricárdez Frías, *Rostros del calvinismo en América Latina: presbiterianos, reformados, congregacionales y valdenses* (Santiago de Chile: Mediador Ediciones y Primera Ediciones, 2021), p. 447-453.

<sup>2</sup> Segundo a matéria de capa da revista *Time* de 23 de março de 2009, o “novo calvinismo” figura entre as dez ideias mais influentes do início deste século (David Van Biema, *et. al.*, “10 ideas changing the world right now” [*Time Magazine* 173.11], disponível em [http://content.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,1884779\\_1884782\\_1884760,00.html](http://content.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,1884779_1884782_1884760,00.html) (acesso em 09 agosto 2020).

movimento pentecostal moderno é o fenômeno mais dinâmico de renovação espiritual do cristianismo do último século, chegando a influenciar 500 milhões de fiés — ou seja, cerca de um quarto de toda a população cristã mundial — em apenas um século da sua existência.<sup>3</sup> O movimento também representa o mais expressivo avanço evangelístico e missionário da história recente e, discutivelmente, de toda a trajetória do cristianismo.<sup>4</sup>

Apesar das virtudes indiscutíveis de ambas as tradições, as falhas e tendências de cada uma têm sido apontadas e acentuadas por lados opositos desse espectro teológico e eclesiástico, resultando em uma divisão aparentemente intransponível e diferenças ditas irreconciliáveis. Por um lado, os cristãos reformados têm apontado para o populismo e o pragmatismo pentecostal, aliado ao seu forte apelo às experiências religiosas, que tendem ao subjetivismo e ao misticismo, como um sério comprometimento da fé cristã e protestante pautada na autoridade final e absoluta das Sagradas Escrituras. Por outro lado, os cristãos pentecostais têm apontado para o academicismo e intelectualismo reformado, que tendem para um racionalismo e um naturalismo que ameaçam sufocar o testemunho e a operação contínuos do Espírito Santo, como uma séria barreira à vivência plena e fiel do cristianismo bíblico.

Todavia, reconhecidas as barreiras entre pentecostais e reformados, bem como as suspeitas mútuas, haveria a possibilidade de um diálogo respeitoso e uma cooperação mútua pautada nas virtudes de cada tradição? Para além de uma simbiose saudável entre as tradições pentecostal e reformada, seria possível até cogitar uma síntese entre esses dois campos?

---

<sup>3</sup> Mark A. Noll, *Momentos decisivos da história do cristianismo* (São Paulo: Cultura Cristã, 2000), p. 313-314.

<sup>4</sup> Como bem observa Douglas Jacobsen, o paralelo histórico mais próximo desse movimento religioso explosivo e expansivo ocorreu no século seguinte à morte de Mao-mé (633-732), fundador do islamismo, salvo que o pentecostalismo não dispôs do poderio militar e político para espalhar sua influência pelo mundo. (*A Reader in Pentecostal Theology: Voices from the First Generation* [Bloomington, IN: Indiana University Press, 2006], p. 1)

Para um número crescente de cristãos nascidos e criados na tradição pentecostal, a aproximação com a tradição reformada tem surgido não apenas como uma possibilidade, mas como uma necessidade a fim de encontrar um ponto de equilíbrio entre a devoção e a doutrina, a teologia e a prática cristãs.<sup>5</sup> Sem rechaçar de imediato nem por inteiro suas experiências espirituais reais e legítimas vividas no pentecostalismo — desde a experiência da regeneração até a plenitude do Espírito Santo testemunhada, inclusive, pelos diversos dons carismáticos — esses cristãos estão em busca de uma teologia mais sólida e robusta que possa fundamentar e nortear sua carreira cristã. Em suma, tais cristãos não desejam rechaçar seu pentecostalismo, mas sim reformá-lo.

Para os observadores de fora do movimento pentecostal, especialmente os reformados, tal reforma do pentecostalismo por alguns pentecostais pode parecer uma missão impossível sem que haja uma ruptura completa com a tradição pentecostal. De fato, de um viés puramente doutrinário, é inconcebível para os reformados que uma tradição tão influenciada pelas correntes doutrinárias do arminianismo, do “batismo pelo Espírito Santo” como um segundo estágio da vida cristã e do dispensacionalismo seja capaz de suportar a exposição e aproximação às máximas teológicas reformadas.<sup>6</sup> Contudo, se enxergarmos o pentecostalismo principalmente não como um movimento doutrinário — apesar de, historicamente, ele pautar-se por algumas diretrizes teológicas características, inclusive as mencionadas acima — mas como uma proposta de resgate de uma espiritualidade fortemente pneumática e carismática, pautada nas Sagradas Escrituras, talvez a aproximação entre pentecostais e reformados não pareça tão absurda ou inimaginável.

---

<sup>5</sup> Para um relato detalhado da trajetória de uma família de pentecostais radicada no Brasil desde 1960 em direção à teologia e tradição reformada, confira as obras de Walter e John McAlister, *O pentecostal reformado* (São Paulo: Vida Nova, 2018), p. 21-37, e Walter McAlister, *Neopentecostalismo – a história não contada: quem foi Roberto McAlister, conhecido com o pai desse movimento* (Rio de Janeiro: Anno Domini, 2012).

<sup>6</sup> Para um breve resumo histórico dos antecedentes históricos e teológicos do movimento pentecostal moderno e seus desdobramentos subsequentes no mundo, especialmente no Brasil, confira o artigo de Alderi Souza de Matos, “O movimento pentecostal: reflexões a propósito do seu primeiro centenário”, *Fides Reformata* XI/2 (2006), p. 23-50.

À guisa de comparação, os comentários do Dr. Martyn Lloyd-Jones — um dos grandes campeões do resgate da teologia reformada no século passado — são bastante pertinentes ao refletir sobre a sua tradição de origem, o metodismo calvinista galês.<sup>7</sup> Já na época de Lloyd-Jones, falar de “metodistas calvinistas” soava tão absurdo aos ouvidos de muitos quanto falar hoje de “pentecostais reformados”. Contudo, como bem observou Lloyd-Jones, os metodistas calvinistas existiram desde a primeira geração do metodismo na vida dos seus líderes no País de Gales como Daniel Rowland (1713-1790), George Whitefield (1714-1770), Howell Harris (1714-1773) e William Williams (1717-1791). Curiosamente, eles não iniciaram sua trajetória no metodismo convencidos das doutrinas associadas ao calvinismo, apesar de as descobrirem pouco tempo depois do início do avivamento metodista na Inglaterra dos irmãos John e Charles Wesley. Foi por conta dessa aproximação com a tradição reformada que os metodistas galeses acabaram distanciando-se dos seus contemporâneos e colegas ingleses, apesar de reterem, como estes, o mesmo fervor evangelístico e espiritual.

À luz das diferenças teológicas marcantes entre o calvinismo e o metodismo popular de convicção arminiana disseminado pelos irmãos Wesley, como reconciliar as duas tradições? Como bem observou Lloyd-Jones, a solução encontrada pelo metodismo calvinista galês consistiu da associação entre o melhor da doutrina calvinista com o melhor da espiritualidade metodista. Da tradição reformada, os metodistas calvinistas galeses absorveram a ênfase central na soberania de Deus, especialmente no tocante à suficiência da graça de Deus na pregação do evangelho, na conversão e regeneração das almas, bem como no avivamento do cristianismo centrado na Palavra de Deus. Da tradição metodista, estes mesmos irmãos retiveram uma devoção disciplinada pelas Escrituras Sagradas e uma busca incessante por uma vida íntima e profunda com Deus e seu Santo Espírito.

Em retrospecto, da ótica de Lloyd-Jones, o metodismo calvinista galês não só preservou o melhor de ambas as tradições, como também representou a síntese desejável entre esses dois campos. Em suas palavras, o metodismo calvinista representa a

---

<sup>7</sup> As observações a seguir derivam-se da palestra “William Williams and Welsh Calvinistic Methodism” (1968) em *The Puritans: their Origins and Successors – Addresses Delivered at the Puritan and Westminster Conferences 1959-1978* (Carlisle, PA: Banner of Truth, 1987), p. 191-214.

salvação do metodismo, pois seu calvinismo salvaguarda o metodismo de descambar para um subjetivismo e misticismo divorciados das Escrituras Sagradas. Todavia, o metodismo calvinista representa a salvação do calvinismo, pois seu metodismo salvaguarda o calvinismo de deteriorar-se em uma religião intelectual, fria e desalmada.<sup>8</sup>

A síntese representada pelo metodismo calvinista galês desde o século 18 serve de importante precedente histórico e de inspiração em potencial para os novos pentecostais reformados no início do século 21. Por um lado, este grupo de pentecostais deseja preservar a essência da espiritualidade pentecostal, a saber, o seu biblicismo e o seu sobrenaturalismo.<sup>9</sup> Isso significa que tais pentecostais desejam preservar sua lealdade à autoridade final e absoluta das Escrituras Sagradas, mesmo enquanto cultivam uma abertura radical para o mover sobrenatural de Deus por meio da operação contínua e poderosa do Espírito Santo.<sup>10</sup> Por outro lado, este mesmo grupo almeja reformar a sua hermenêutica bíblica à luz do teocentrismo e cristocentrismo característicos da tradição reformada, sob a convicção de que toda a Escritura aponta para a glória soberana de Deus e de que toda ação e intervenção sobrenatural do Espírito Santo visa a exaltação do Senhor Jesus Cristo e do seu evangelho.<sup>11,12</sup>

---

<sup>8</sup> Lloyd-Jones, *The Puritans*, p.208-214.

<sup>9</sup> McAlister, *O pentecostal reformado*, p. 59-77.

<sup>10</sup> Para uma defesa da integridade bíblica, hermenêutica e teológica dessa posição, veja a obra de Craig S. Keener, *A hermenêutica do Espírito: lendo as Escrituras à luz do Pentecostes* (São Paulo: Vida Nova, 2018).

<sup>11</sup> McAlister, *O pentecostal reformado*, p. 79-92.

<sup>12</sup> Um outro aspecto importantíssimo e até mesmo central à hermenêutica bíblica reformada diz respeito à leitura aliancista das Escrituras Sagradas, com evidentes repercuções para os campos da escatologia, da eclesiologia e dos sacramentos, especialmente a administração do batismo cristão. Para um tratamento mais prolongado desse assunto, especialmente a defesa da posição credobatista reformada, confira McAlister, *O pentecostal reformado*, p. 139-159, 161-175, e especialmente 177-196. Curiosamente, a porta de entrada da família McAlister para a teologia reformada deu-se por meio do contato inicial do fundador da Igreja Cristã Nova Vida, o Bispo Roberto McAlister (1930-1993), com a teologia das alianças, que o levou a refutar o pré-milenismo dispensacionalista dos seus antecessores pentecostais pela corrente amilenista (McAlister, *Neopentecostalismo*, p. 134). A partir daí, coube ao seu filho e sucessor, o Bispo Walter Robert McAlister Jr. (1956- ), atual Primaz da Aliança das Igrejas Cristãs Nova Vida, o desafio de conduzir a denominação fundada pelo seu pai a um processo de reavaliação teológica que resultou na síntese apresentada a seguir.

O resultado da síntese pentecostal-reformada, aos olhos deste autor e da sua denominação no Brasil de confissão reformada e pentecostal — a Aliança das Igrejas Cristãs Nova Vida<sup>13</sup> — é uma combinação entre os distintivos doutrinários centrais da tradição reformada e os elementos característicos da espiritualidade pentecostal. Por um lado, nós pentecostais reformados aderimos firmemente aos cinco ‘*solas*’ do protestantismo (*sola Scriptura*, *solus Christus*, *sola gratia*, *sola fide*, *soli Deo gloria*) e também às doutrinas da graça (depravação total, eleição incondicional, expiação limitada, graça irresistível e perseverança dos santos), o que representa uma ruptura com as nossas raízes arminianas.<sup>14</sup> Nesse particular, cremos que os distintivos doutrinários reformados melhor preservam a centralidade e a suficiência da graça soberana de Deus na proclamação do evangelho, autenticada pela ação sobrenatural do Espírito Santo.

Também compreendemos, junto com a tradição reformada em sua maioria,<sup>15</sup> que o “batismo pelo Espírito Santo” não representa uma segunda iniciação ou segundo estágio da vida cristã, mas sim a imersão inicial do cristão na vida do Espírito quando da sua regeneração mediante a rendição ao evangelho pela fé em Cristo. Apesar desta segunda ruptura com nossas raízes pentecostais, não cremos que o batismo inicial com o Espírito Santo na conversão prescinde ou exclui a possibilidade e a necessidade de múltiplos preenchimentos do Espírito, visando uma vida de crescente santidade e serviço eficaz no Reino de Deus.<sup>16</sup> Nisso fazemos coro com o eminentíssimo comentarista D. A. Carson quando ele afirma:

Apesar de não encontrar apoio bíblico para a teologia da segunda bênção, encontro apoio para uma teologia da segunda, terceira, quarta ou quinta bênção. Apesar de não ver nenhum *charisma* estabelecido bíblicamente como critério para um segundo revestimento do Espírito, vejo que existem níveis de unção, bênção, serviço e alegria santa junto a outros dons mais celebrados atualmente, associados àqueles cujos corações foram tocados especialmente pelo soberano

---

<sup>13</sup> Para mais informações, confira <http://www.icnv.com.br/conheca-a-icnv/declaracao-de-fe> (acessado em 12 agosto 2020).

<sup>14</sup> McAlister, *O pentecostal reformado*, p. 93-137.

<sup>15</sup> Para uma exceção notável, veja Martyn Lloyd-Jones, *O batismo e os dons do Espírito: poder e renovação segundo as Escrituras* (Natal: Carisma, 2018).

<sup>16</sup> McAlister, *O pentecostal reformado*, p. 197-213.

Deus. Embora eu ache extremamente perigoso buscar uma segunda bênção que seja atestada pelo falar em línguas, também acho que não anelar profundamente por Deus seja algo tão perigoso quanto isso, tornando-se satisfeito com um cristianismo meramente teórico que seja seguro, mas também complacente; ortodoxo, mas também engessado; sensato, mas também adormecido.<sup>17</sup>

Creemos também na operação contínua de todos os dons espirituais carismáticos desde os tempos apostólicos — diferente dos nossos irmãos reformados cessacionistas —, apesar de não reconhecer um único dom como sendo autentificador da “plenitude” ou “batismo no Espírito Santo”.<sup>18</sup> Novamente, D. A. Carson observa precisamente que:

...o movimento carismático [pentecostal] tem desafiado a igreja a esperar mais de Deus, a esperar que Deus derrame seu Espírito sobre nós por meio de formas que quebrem nossos moldes tradicionais para pôr em xeque uma teologia que, sem garantias exegéticas suficientes, rejeita toda possibilidade do que é miraculoso, com exceção da regeneração.<sup>19</sup>

Nesse particular, portanto, cremos que a ênfase da espiritualidade pentecostal na busca por mais da vida e do poder do Espírito Santo, tanto dos seus frutos como dos seus dons, melhor condiz com o desejo por um testemunho vigoroso e vibrante do evangelho de Jesus Cristo neste mundo — quer na devoção pessoal e familiar, quer na vida congregacional e na evangelização, quer em nosso testemunho público e social como povo de Deus na terra.<sup>20</sup>

---

<sup>17</sup> *A manifestação do Espírito: a contemporaneidade dos dons à luz de 1Coríntios 12-14* (São Paulo: Vida Nova, 2013), p. 162.

<sup>18</sup> McAlister, *O pentecostal reformado*, p. 215-238.

<sup>19</sup> *A manifestação do Espírito*, p. 183.

<sup>20</sup> McAlister, *O pentecostal reformado*, p. 239-257.

Por fim, quer a síntese pentecostal-reformada pareça convincente e coerente ou não aos seus observadores e críticos<sup>21</sup>, minimamente ela aponta para um diálogo possível e proveitoso entre essas duas tradições aparentemente antagônicas. Como bem observou o respeitado teólogo reformado I. John Hesselink a respeito da aproximação do movimento carismático-pentecostal e a tradição reformada:

...pode parecer que a tradição reformada e o movimento carismático, com sua abordagem e teologia, são entidades basicamente diferentes, se não antitéticas, pois em toda a tradição protestante, a reformada tem se destacado por sua ênfase na doutrina e na teologia. Por outro lado, o movimento carismático dá grande ênfase à experiência. As igrejas reformadas destacam-se por seus teólogos, não por seus ‘santos’ ou evangelistas. Nós nos orgulhamos de nossas confissões e catecismos, de nossa sólida teologia e pura doutrina. Por outro lado, os grupos carismáticos e pentecostais gabam-se das curas e das experiências de êxtase. Os cristãos reformados tendem a ser cerebrais, frios e analíticos. Os carismáticos promovem o entusiasmo, o “vamos que vamos” e os sentimentos calorosos.

Apesar dessas divergências aparentes, Hesselink conclui:

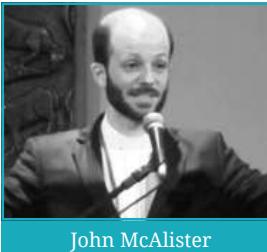
É provável que os reformados presbiterianos sejam limitados na *experiência* da realidade, da alegria e plenitude do Espírito. É provável que aos pentecostais esteja faltando uma *compreensão* bíblica adequada da obra do Espírito. Sendo assim, uns precisam dos outros e podem se complementar entre si. A coexistência e não uma guerra quente — ou mesmo fria — parece-nos ser uma resposta lógica e feliz à nossa situação.<sup>22</sup>

Assim cremos e assim seja, pela graça do Senhor e para a glória de Deus somente!

---

<sup>21</sup> Apesar da sugestão de muitos que a síntese aqui apresentada seja melhor descrita como “calvinista-carismática”, mantemos a nomenclatura “pentecostal-reformada” por uma questão de clareza e honestidade acerca da nossa trajetória histórica. Diferente de cristãos calvinistas que se abriram para a experiência dos dons carismáticos, nós pentecostais oriundos do pentecostalismo clássico nos abrimos para a teologia reformada. Portanto, apesar das semelhanças em doutrina e prática entre “calvinistas carismáticos” e “pentecostais reformados”, cada termo representa uma trajetória histórica distinta oriunda de pontos de partida distintos.

<sup>22</sup> “O movimento carismático e a tradição reformada” em *Grandes temas da tradição reformada*, ed. Donald K. McKim (São Paulo: Pendão Real, 1998), p. 337, 342.



John McAlister

### Sobre o autor

É mestre em estudos teológicos pela Wheaton College e pastor regente da Catedral das Igrejas Cristãs Nova Vida, no Rio de Janeiro. John é também deão acadêmico do Instituto Bispo Roberto McAlister de Estudos Cristãos, instrutor do ministério The Charles Simeon Trust Brasil, autor de *Lágrimas de esperança*, *O verdadeiro valor da vida* e coautor de *O pentecostal reformado*, publicados por Vida Nova. É casado com Raquel, com quem tem três filhos: João Felipe, Teodoro e Olívia.

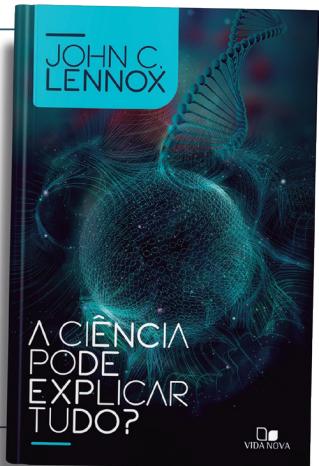
# Lançamentos

A ciência pode explicar tudo?

John C. Lennox | 14x21 cm | 160 p.

Muitas vezes, parece que, em pleno século 21, não precisamos mais de religião, uma vez que a ciência tem nos presenteado com tantas descobertas. Por causa disso, muitos acreditam que ciência e religião são simplesmente incompatíveis.

Baseando-se em sua própria experiência como cientista e cristão, o professor John Lennox mostra não apenas que é possível vermos essas supostas inimigas como boas amigas, mas também que podemos desfrutar e nos beneficiar de ambas.



O verdadeiro valor da vida

A mensagem de Eclesiastes para a igreja de hoje

John McAlister | 14x21 cm | 256 p.

Eclesiastes trata com honestidade as questões mais difíceis da vida e, ao fazer isso, revela as futilidades e frustrações de um mundo caído e corrompido como o nosso. A leitura de Eclesiastes nos mostra o vazio de tentar viver esta vida longe de Deus, ou até mesmo sem Deus no horizonte.

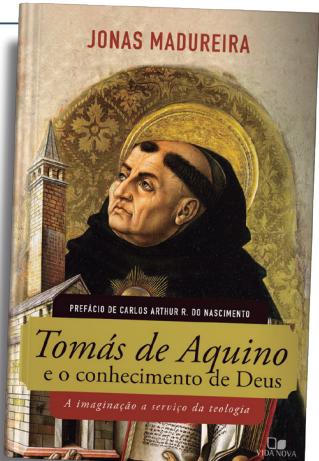
Nesta obra, John McAlister leva o leitor contemporâneo a compreender essas verdades do livro de Eclesiastes e o vazio e absurdo da vida sem Deus. Não se trata, no entanto, de um livro que nos deixa frustrados e em crise existencial, antes, aponta para uma vida frutífera e próspera com Deus, o Criador e Redentor deste mundo caído.

Tomás de Aquino e o conhecimento de Deus  
A imaginação a serviço da teologia

Jonas Madureira | 14x21 cm | 192 p.

Neste livro, fruto de uma tese de doutorado, Jonas Madureira oferece um trajeto para quem deseja entender a teologia tomasiana a partir da *Suma de teologia*, obra que, segundo teria dito G. K. Chesterton, “todos podem elogiar sem tê-la lido”.

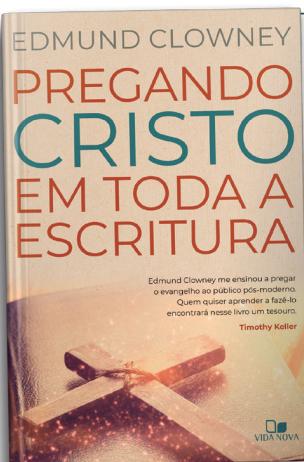
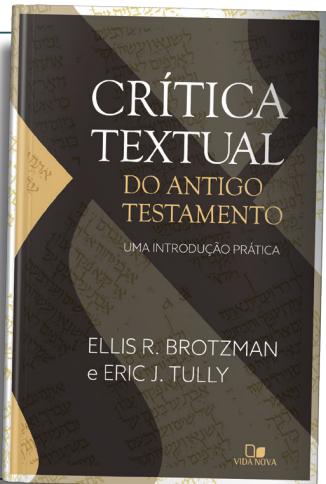
Ao longo deste livro o leitor encontrará não apenas uma exposição cuidadosa da posição tomasiana a respeito dos limites do conhecimento humano, mas também uma reflexão profunda sobre o papel da imaginação, em especial no conhecimento de Deus.



Crítica textual do Antigo Testamento  
Uma introdução prática

Ellis R. Brotzman e Eric J. Tully | 16x23 cm | 304 p.

Essa introdução prática e acessível à crítica textual do Antigo Testamento auxilia o estudante a entender tanto os pressupostos básicos da disciplina como a lidar com as questões complexas da área. Os autores unem seu conhecimento comprovado em sala de aula com os estudos mais atualizados e relevantes. Esse livro, que se tornou um bem-sucedido clássico em língua inglesa (quase 25.000 cópias vendidas), foi ampliado e atualizado a fim de contemplar as muitas mudanças nas pesquisas dos últimos vinte anos. Inclui exemplos, ilustrações, bibliografia atualizada e um comentário crítico-textual do livro de Rute.



Pregando Cristo em toda a Escritura

Edmund P. Clowney | 14x21 cm | 208 p.

Um sermão verdadeiramente cristão de qualquer parte da Bíblia deve levar em conta o drama da redenção em toda a sua plenitude e concretização em Cristo.

Neste livro, Edmund Clowney explica as razões para essa convicção e dá uma orientação prática para os pregadores que partilham dela. Em primeiro lugar, ele lança os fundamentos teóricos para que se pregue Cristo em toda a Bíblia. Em segundo, Clowney apresenta sugestões práticas para a preparação de um sermão desse tipo.

Evangelização e apologética por meio de perguntas  
Aprendendo com Jesus a fazer perguntas que envolvem o coração das pessoas

Randy Newman | 14x21 cm | 320 p.

A maneira de Jesus se comunicar com os perdidos era singular: ele não coagia as pessoas a lhe darem respostas. Ele apenas fazia perguntas. Por que, então, não seguimos seu exemplo?

Durante décadas, Randy Newman tem usado esse método para evangelizar. Neste livro provocador, mostra como nós, cristãos, podemos nos envolver em conversas espiritualmente significativas com aqueles que não creem.

